

The image shows the interior of a grand, classical building with a series of large, vaulted arches supported by columns. The walls are made of light-colored stone or marble. In the lower part of the image, there are three niches, each containing a white marble statue of a female figure in classical attire. The floor is paved with a geometric pattern of dark and light stones. The overall atmosphere is one of historical grandeur and architectural detail.

ICOM international
council
of museums
Portugal

BOLETIM ICOM Portugal

Série III n.º 8 Jan. 2017

EDITORIAL

Começamos o ano com balanços. Balanços associativos, pois estamos no final do triénio dos órgãos sociais do ICOM Portugal em funções (2014–2017), aproximando-se novas eleições a 27 de Março. E balanços mais globais, daí a escolha do tema “gestão de museus e políticas museológicas” para este número dada a actualidade e a urgência de uma reflexão alargada e concertada. Sem pretender um retrato exaustivo, procurámos trazer olhares de dentro e de fora, estimulando perspectivas várias sobre este grande “chapéu” que engloba as políticas museológicas.

O artigo de Manuel Bairrão Oleiro traça um diagnóstico assertivo sobre a realidade actual e deixa antever caminhos de futuro, elencando quais poderão ser na sua opinião as prioridades de uma política museológica nacional mais actuante. As pessoas, ou melhor dizendo, as equipas de museus foram igualmente uma das problemáticas abordadas por Oleiro, sendo esse tópico retomado por Maria de Jesus Monge e Ana Carvalho com maior enfoque na secção “Perspectivas”.

O contributo de David Santos, que desde Fevereiro de 2016 assumiu o cargo de subdirector da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), com responsabilidades em matéria de museus, é um olhar porventura mais generoso e optimista sobre a acção desta organização, mas é, até certo ponto, esclarecedor da forma como se perspectiva globalmente a situação actual.

Encontra ainda neste boletim uma selecção de notícias, comentários de conferências, sugestões de leitura, novas publicações e um leque diverso de eventos (conferências, debates, formação, etc.) para os próximos meses.

Terminamos com outro balanço, sendo este o último boletim da série iniciada em 2014. Feitas as contas somámos oito edições, mas mais do que o aspecto quantitativo, apostámos – e pensamos tê-lo conseguido – na criação de um espaço de partilha assente na diversidade de olhares e de perspectivas, como aliás caracteriza este sector. Um espaço que por si só também foi sofrendo alterações, com o contributo indelével de muitos dos nossos colegas dos actuais órgãos sociais do ICOM Portugal, e em função das aprendizagens que foram feitas pelo caminho. Porque, efectivamente, a edição deste boletim também correspondeu a um processo de aprendizagem pessoal e profissional. Bem haja! Ana Carvalho

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
BREVES	5
EM FOCO	8
POLÍTICAS PÚBLICAS NO SECTOR DOS MUSEUS: O QUE PODE SER FEITO	8
PERSPECTIVAS	12
EQUIPAS DE MUSEUS: EVOLUÇÃO OU RETROCESSO? (I)	12
EQUIPAS DE MUSEUS: EVOLUÇÃO OU RETROCESSO? (II)	14
ENTREVISTA COM DAVID SANTOS	17
NOTÍCIAS ICOM	21
PUBLICAÇÕES	40
SUGESTÕES DE LEITURA	40
NOVAS EDIÇÕES	41
AGENDA	46
FORMAÇÃO	49
CHAMADA PARA PROPOSTAS	50

MENSAGEM DO PRESIDENTE



No próximo dia 27 de Março de 2017 realizam-se mais umas Jornadas de Primavera do ICOM Portugal (*Construir o Futuro, Compreender o Passado*), no Palácio Nacional da Ajuda, a assembleia-geral ordinária anual, assim como a assembleia-geral eleitoral, findo o triénio dos actuais órgãos sociais. Neste sentido, apelo à participação de todos neste acto eleitoral para a constituição de novos órgãos sociais para o triénio de 2017 a 2020. Conforme receberam informações, disponíveis também *online*, e no sentido de termos eleições democráticas e abrangentes estão abertas as apresentações de listas candidatas até ao dia 26 de Janeiro.

Neste final de triénio, não posso deixar de demonstrar publicamente o meu apreço ao empenho de todos os membros da actual lista em funções e uma palavra de reconhecida admiração pelos meus colegas de direcção. É tempo de fazer balanços e continuar a trabalhar junto daqueles que em nós depositam confiança.

Iniciado o novo ano de 2017 partilhamos convosco uma série de preocupações existentes no colectivo dos profissionais de museus que tornam urgente a definição e o esclarecimento de vários assuntos no seio dos museus portugueses, alguns dos quais demos conhecimento aos responsáveis máximos da tutela, nomeadamente:

1. No âmbito da reforma administrativa que resultou na reorganização de tutelas de museus da administração central, com a delegação de competências em autarquias, e num momento em que se esperam novas reformas no âmbito do Plano Nacional de Reformas do Estado para a área da cultura/museus, importa saber se está prevista a audição dos sectores profissionais e das organizações museológicas, e se a mesma será feita numa nova reorganização dos museus e suas tutelas;
2. Temos registado com agrado o aumento de visitantes nacionais e estrangeiros nos museus, pelo que colocámos a questão de quais as formas de investimento que têm sido feitas nos museus como retorno do aumento de receitas de bilheteira;
3. Constatámos o não cumprimento e fiscalização da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei 47/2004 de 19 de Agosto, nomeadamente a incapacidade da Rede Portuguesa de Museus (RPM) em cumprir os objectivos previstos no artigo 103; a inexistência de Núcleos de Apoio a Museus, no artigo 107; a suspensão do Programa Pro-Museus; a ausência de qualquer relatório anual sobre os museus portugueses a que a mesma Lei obriga, no artigo 126; ou a concessão de apoios, no artigo 127; entre outros. Neste ponto questionámos quais as acções previstas para solucionar e/ou minorar estes incumprimentos;

4. Alertámos ainda para o número insuficiente de reuniões da Secção dos Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial do Conselho Nacional de Cultura (SMUCRI), tendo a última reunião sido realizada a 27 de Março de 2015 e só agora convocada uma reunião para Fevereiro. Esta paralisação resulta na falta de classificação de acervos, espólios, credenciação de museus, entre outros. E, por outro lado, descredibiliza a tutela perante as instituições que, de boa fé, apresentaram propostas de credenciação dos seus museus e/ou espólios e esperam há mais de ano e meio por uma resposta;

5. Outra situação que nos coloca reservas é o facto de no fim das comissões de serviço dos directores de museus nacionais não ter sido realizada a avaliação dos relatórios finais entregues das respectivas comissões, numa clara ausência de responsabilização dos dirigentes da administração pública e de transparência que um serviço público exige. Não contestamos a existência de concursos, mas colocamos o foco da nossa atenção e preocupação numa deontologia profissional, que se quer forte, para com os dirigentes da administração pública. A inexistência de avaliação das comissões de serviço anteriores – um direito indicado no número 2 do artigo 23.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro com a redacção dada pelas alterações posteriores – antes da decisão de abertura de concurso, imprime uma desresponsabilização dos dirigentes e coloca em causa os princípios de serviço público, bem como os de ética, nomeadamente de justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade e transparência.

O ICOM Portugal continuará a estar atento e a actuar, dentro das suas competências, de forma a contribuir para que os museus portugueses possam cumprir as suas missões e os seus profissionais possam exercer as suas funções de forma digna.

4 de Janeiro de 2017

José Alberto Ribeiro

BREVES

Assembleia extraordinária do ICOM Portugal actualiza estatutos e adopta regulamento eleitoral

Realizou-se no passado dia 5 de Dezembro, no Palácio da Ajuda, uma assembleia extraordinária do ICOM Portugal. Esta Assembleia, presidida por Clara Frayão Camacho, teve como objectivo aprovar a alteração dos estatutos, que foram actualizados com a orientação de um grupo de trabalho criado para este efeito, e adoptar um novo regulamento eleitoral. Os dois documentos podem ser consultados em: <http://icom-portugal.org>



Dia Internacional dos Museus 2017: Dizer o indizível?

O Dia Internacional dos Museus celebra e dá voz aos museus e ao papel que desempenham na sociedade actual, através da escolha de um tema de reflexão a nível mundial que permita uma discussão alargada e feita sobre distintos pontos de vista. Este ano esse tema recai no papel dos museus como veículo das histórias mais controversas, um tema interessante que certamente será abordado de formas muito diversas pelos museus portugueses. O ICOM central disponibiliza um kit de comunicação e outras informações úteis (<http://network.icom.museum>). Pode aceder à versão portuguesa do cartaz e *banner* do evento em: <http://icom-portugal.org>

ICOM Portugal participa em debate sobre acesso à informação

O ICOM Portugal participou no ciclo *Bibliotecas, Arquivos e Museus: Acesso à Informação*, organização conjunta da Acesso Cultura e da BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que se realizou na Biblioteca Nacional em Lisboa, no passado dia 18 de Outubro. Em representação do ICOM Portugal, Clara Frayão Camacho focou três tópicos: o paradigma participativo; a padronização vs diferenciação; o acesso físico e deslocalização (cf. nota publicada pela [BAD](#)).



ICOM Portugal é parceiro em projecto internacional – Mu.SA

O ICOM Portugal, representado por Alexandre Matos e Ana Carvalho, participou no arranque do projecto internacional Mu.Sa - *Museum Sector Alliance*, em Atenas, entre 23 e 25 de Novembro. O projecto pretende criar um conjunto de ferramentas de formação (em formato MOOC) que possa ajudar os profissionais de museus na área das novas tecnologias. O projecto (2016–2019) é liderado pela Hellenic Open University (Grécia). O consórcio conta com três parceiros portugueses: o ICOM Portugal, a Universidade do Porto e a empresa Mapa das Ideias, e ainda oito parceiros de Itália, Grécia e Bélgica: Melting Pro Learning (Itália), Link Campus University (Itália), National Organisation for the Certification of Qualifications and Vocational Guidance (Grécia), Symbola – Foundation for Italian Qualities (Itália), The Institute of Vocational Training AKMI (Grécia), Istituto per I Beni Artistici Culturali e Naturali della Regione Emilia Romagna (Itália), ICOM Grécia e Culture Action Europe (Bélgica).

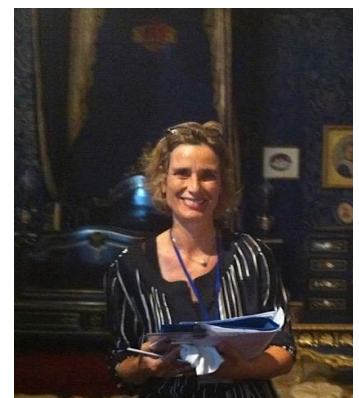


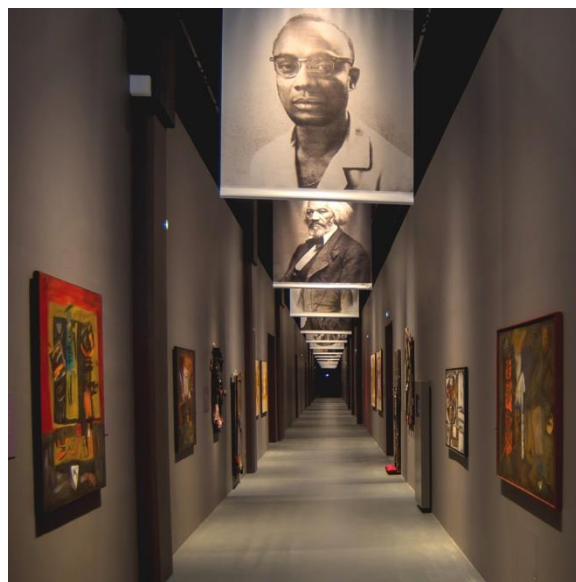
Hélia Marçal nomeada coordenadora de grupo de trabalho no ICOM–CC

Em Setembro de 2016, Hélia Marçal, actualmente doutoranda no Departamento de Conservação e Restauro da Universidade Nova de Lisboa, foi nomeada para coordenar o grupo de trabalho em Teoria e História do ICOM–CC (Comité Internacional do ICOM para a Conservação), cargo que ocupará até Setembro de 2017. Entre as atribuições da função destacam-se a dinamização de actividades no grupo, nomeadamente através da colaboração com o grupo de Assuntos Legais numa acção concertada nas redes sociais, avaliação dos artigos e posters para a reunião trienal do comité (4–8 de Setembro, em Copenhaga) e moderação de sessões da especialidade. Mais informações em: <http://www.icom-cc.org>

Maria José Tavares integra a direcção do ICDAD

Maria José Tavares, conservadora do Palácio Nacional da Ajuda, foi eleita no passado mês de Novembro para o cargo de Secretária do ICDAD (Comité Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Artes Decorativas e de Design), com 31 votos. Durante os próximos três anos, Maria José Tavares assegurará no ICDAD a comunicação com os membros, a redacção das actas e a colaboração na apresentação de propostas para o programa de actividades do comité. Mais informações: <http://www.icom-icdad.com>





Prémio do Conselho da Europa atribuído a museu na ilha francesa de Guadalupe

O prémio Museu Conselho da Europa 2017 foi atribuído ao Memorial ACTe, Centro de Expressões e Memória do Tráfico e da Escravatura, situado em Point-à-Pitre (Guadalupe). Concebido inicialmente como um memorial, o MACTe tornou-se não apenas um lugar dinâmico de interpretação histórica do tráfico de escravos e da escravatura, mas igualmente um estímulo à tolerância e à criatividade, abrindo novas perspectivas de luta contra o racismo, a exclusão social, a desigualdade e todas as formas contemporâneas de violação dos direitos humanos. Mais em: <http://assembly.coe.int>

Eleições na Rede de Museus do Algarve e celebração dos seus dez anos

A Rede de Museus do Algarve reuniu os seus parceiros na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António no passado dia 5 de Dezembro para promover eleições. Daí resultou a continuidade do grupo coordenador até aqui em funções, que é constituído pelo Museu de Portimão, Museu do Trajo de S. Brás de Alportel, Museu Municipal de Vila Real de Santo António, Centro de Ciência Viva do Algarve e Parque Natural da Ria Formosa. A Rede celebra em 2017 dez anos e prevê a realização a 17 de Março das suas primeiras jornadas e a edição bilingue do *Guia dos Museus do Algarve*. Mais informações sobre a Rede em: <https://museusdoalgarve.wordpress.com>



**REDE DE MUSEUS
DO ALGARVE**

EM FOCO



Políticas Públicas no Sector dos Museus: O que Pode ser Feito

Manuel Bairrão Oleiro, membro do Conselho Fiscal do ICOM Portugal

A década que atravessamos tem-se revelado particularmente difícil para os museus e para os seus profissionais. As alterações nas políticas públicas, induzidas pela crise financeira e orçamental, tiveram consequências graves e duradouras no sector da Museologia.

No plano da administração central verificou-se a fusão dos dois maiores institutos públicos na área governamental da cultura. O Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) desapareceram, dando origem a uma nova Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). Museus e palácios nacionais geridos pelo IMC foram transferidos para outros serviços da administração central (as Direcções Regionais de Cultura), ou para empresas de capital público (Parques de Sintra – Monte da Lua), sem que essas transições fossem objecto de prévio debate ou reflexão.

Mais tarde, alguns desses museus transitaram para diferentes entidades de gestão, agora no âmbito da administração local, novamente sem que se percebesse qual a lógica dessas transferências casuísticas e sem que o órgão consultivo para o sector (a Secção dos Museus, Conservação e Restauro, e Património Imaterial – SMUCRI, do Conselho Nacional de Cultura) fosse chamado a emitir parecer.

O Observatório das Actividades Culturais (OAC), parceiro do IMC no acompanhamento e na monitorização da realidade museológica nacional, foi extinto. Sem que tivesse sido acautelada a continuidade das funções que desempenhava, a extinção do OAC privou a administração central de uma radiografia constantemente actualizada da evolução do sector, base de trabalho essencial para a definição de estratégias de intervenção política.

A diminuição de recursos humanos especializados nos museus e serviços centrais agravou-se com a aposentação de muitos dos mais experientes quadros técnicos e a total restrição à entrada de novos colaboradores; o mesmo director passou a assegurar a direcção de dois (ou mesmo três) museus de temáticas muito diferenciadas e algumas vezes separados uns dos outros por largas dezenas de quilómetros; a equipa que

assegurava, centralmente, a coordenação e o apoio aos museus da Rede Portuguesa de Museus (RPM) foi dissolvida; o ProMuseus, programa de apoio financeiro aos museus da RPM, foi interrompido; a revista *Museologia.pt* foi descontinuada, tal como o *Boletim RPM* e os “Cadernos de Museologia”, que divulgavam boas práticas e disseminavam exemplos a seguir; os museus deixaram de ter o seu orçamento próprio e aos seus directores foi retirada qualquer autonomia de gestão; o centralismo burocrático passou a impor as suas regras e espartilhos.

No plano da administração local as consequências da crise não demoraram a fazer-se sentir. As orgânicas de muitos municípios foram refeitas. As Divisões de Museus, que tinham vindo a ser criadas, sobretudo depois da estruturação da RPM, foram extintas em muitos concelhos e os museus voltaram de novo a ser integrados em departamentos, divisões ou gabinetes agregadores das actividades mais díspares. A qualificação de instalações, de actividades e de recursos humanos, que tinha sido uma constante, nomeadamente nos museus que integram a RPM, ressentiu-se fortemente da retracção de verbas para investimento e também da incapacidade da administração central continuar a assegurar apoios técnicos e financeiros, bem como da falta de acompanhamento e monitorização da actividade dos museus.

Alguns museus de fundações ou de entidades privadas foram ainda mais gravemente afectados. Sensíveis reduções orçamentais e novos enquadramentos legislativos fortemente desfavoráveis estiveram na origem de situações extremas que culminaram no encerramento e/ou extinção de alguns museus.

Poder-se-á perguntar se nestes anos apenas houve aspectos negativos e a resposta terá de ser – claro que não!

Algumas tutelas continuaram a apostar na valorização dos museus (a título de mero exemplo pode referir-se a requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa (Santo Tirso) e do Museu Municipal de Loulé, a reinstalação do Museu de Arte Contemporânea da Madeira ou a criação do MMIPO – Museu da Misericórdia do Porto). Foi aprovado o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores e criada a Rede de Museus e Colecções Visitáveis dos Açores. A partir de iniciativa universitária, nasceu a revista *MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares* e na DGPC foi criada a colecção “Estudos de Museus” que edita teses de doutoramento sobre temas relevantes para o sector, em parceria com a editora Caleidoscópio. Foi retomado o programa de acções de formação da RPM. A transferência, para autarquias, de museus cuja gestão era assegurada pelas Direcções Regionais de Cultura, foi acompanhada pela definição de um conjunto de obrigações cujo cumprimento é verificado por comissões de acompanhamento então formalmente criadas. Infelizmente, apenas a comissão que acompanha a transição do Museu de Aveiro se encontra em pleno funcionamento. As comissões que deveriam acompanhar a transição de museus para os municípios da Guarda e de Castelo Branco ainda não chegaram a ser constituídas. A SMUCRI reuniu-se várias vezes, ainda que

ultimamente com periodicidade muito irregular, e debateu algumas questões relevantes. E sobretudo importa reconhecer que, apesar de todas as dificuldades, da escassez de recursos humanos e orçamentais, muitas vezes apesar do desinteresse das tutelas respectivas, os museus e as suas equipas continuaram a programar e a concretizar actividades, cumprindo as suas missões.

O actual Governo criou expectativas de inversão das desastrosas políticas públicas seguidas nos últimos anos no sector dos museus. As linhas enunciadas no seu Programa merecem a concordância de muitos profissionais dos museus. No entanto, o Governo celebrou um ano em funções e as medidas elencadas no programa governativo para o sector dos museus tendem a não sair do papel.

Importa pois lembrar aquelas que, em minha opinião, são as de concretização mais urgente:

- 1) *(Revitalizar a RPM)* Importa relançar a RPM, para o que é necessária a existência de uma sólida equipa pluridisciplinar, com diversificada formação académica e experiência profissional em museus, capacitada para concretizar novos processos de credenciação, mas também para assegurar a monitorização regular dos museus da RPM, para garantir a continuidade das acções de formação e de apoio técnico, mas também para relançar o programa ProMuseus, para ampliar a divulgação de boas práticas em vários suportes, retomando o *Boletim RPM*, mas igualmente capaz de proceder à instalação de Núcleos de Apoio a Museus, previstos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Este relançamento da RPM não é possível sem uma manifestação clara de apoio político, sem que de facto sejam canalizados para este objectivo prioritário os indispensáveis recursos humanos e orçamentais.

A existência de uma RPM forte, capacitada e actuante, cujo funcionamento é apoiado e acompanhado por uma estrutura assegurada pela administração central, constitui um elemento estruturante de uma acertada política pública no sector dos museus, pelo seu efeito contaminador nas mais diversas tutelas, pelos efeitos multiplicadores da valorização dos diferentes museus existentes no país.

- 2) *(Flexibilizar os modelos de gestão dos museus)* É urgente assegurar autonomia funcional aos museus e aos seus directores. Os passos que a administração central concretizar nesse sentido serão inspiradores para outras tutelas. É imperioso devolver a dignidade de Instituto Público ao serviço que executa a política museológica nacional. Essa alteração, que não acarreta qualquer encargo orçamental, permite encontrar formas mais flexíveis de gestão. Seguidamente é indispensável instalar um sistema integrado de gestão que abranja os serviços centrais, mas também todos e cada um dos museus, palácios e monumentos geridos por esse Instituto. Cada museu poderá assim dispor do seu orçamento próprio, com valores de receita e despesa fixados em articulação

com a tutela, no quadro de uma contratualização de objectivos a atingir, tendo em vista o cumprimento das funções museológicas que, em cada ano, sejam consideradas prioritárias. A existência de um orçamento próprio, permanentemente monitorizado pela tutela e que no final do ano será consolidado no orçamento global do Instituto, deve ser acompanhada de uma delegação de competências no director do museu que de facto lhe permita ser responsável pela sua gestão.

É esta a solução ideal? Não! Mas é sem dúvida uma solução exequível no quadro actual, pois não aumenta encargos orçamentais e apenas necessita de vontade política e executiva, de capacidade e vontade de derrotar a burocracia centralizadora e imobilista.

- 3) *(Consolidar a oferta pública de museus)* Como derradeiro item desta lista de mais urgentes prioridades, apontarei a questão dos recursos humanos e a sua relação com a capacidade funcional dos museus. São conhecidas as dificuldades de recrutamento da maioria dos museus, tal como é igualmente sabido que os museus estão hoje obrigados a dar atenção a novas áreas de funcionamento (a questão da eficácia na comunicação/divulgação, entre outras, é crucial, como nos tem provado o bom exemplo do Museu Nacional de Arte Antiga). E todos nós sabemos que as equipas técnicas dos museus não apenas não são ampliadas como nem sequer tem sido possível substituir aqueles que se aposentam. É urgente criar condições para que as novas gerações, com uma sólida preparação académica, possam trabalhar nos museus, assegurando a continuidade da memória institucional, mas sobretudo propiciando a incorporação de novas ideias, processos e metodologias de trabalho que mantenham os museus próximos dos seus renovados públicos e assegurem a qualidade da sua programação e actividade.

A resiliência amplamente demonstrada ao longo de muitos anos pelos profissionais de museus na efectiva concretização de serviço público merece ser acompanhada por um maior empenho da tutela, neste ano que se inicia, na valorização da actividade museológica.

PERSPECTIVAS

Equipas de Museus: Evolução ou Retrocesso? (I)



Maria de Jesus Monge, membro do DEMHIST (Comité Internacional para Museus em Casas Históricas)

A última década tem vindo a assistir a múltiplas mudanças que, mais do que oscilações conjunturais, apontam mudanças estruturais. A nível profissional assistimos a um crescente desinvestimento em equipas permanentes, formadas e desenvolvidas em torno de um projecto patrimonial.

Ao nível das direcções e entidades de gestão é dada prioridade a competências que não envolvem directamente a missão específica das entidades museológicas. Instituições de referência a nível mundial abrem concursos internacionais, assumindo a irrelevância das especificidades culturais e promovendo a globalização de qualificações. Simultaneamente, a passagem para o universo académico da formação específica na área trouxe seguramente melhor enquadramento e aprofundamento dos saberes, mas desligou os futuros profissionais do tecido patrimonial. Neste contexto generalizou-se a opção pelo recurso a equipas externas às instituições museológicas para assegurar as mais variadas tarefas.

A diversificação das competências associadas aos museus contribuiu decisivamente para a melhoria do serviço prestado às comunidades, mas também fragilizou o tecido profissional. O recurso a profissionais de formação variada, quando as equipas não constroem elos sólidos, contribui para a descaracterização dos projectos. Haverá um limite? A evolução natural das sociedades transformará as instituições da área da cultura em espaços de serviços descaracterizados? No entanto, sem ficar refém de lógicas nacionalistas, não cabe exactamente à cultura, especificamente aos museus, serem garantes da memória, das práticas, vivências e experiências do Homem e da sociedade?

Qualquer empreendimento pressupõe a definição prévia dos objectivos para, de seguida, definir os meios necessários para os atingir. Haverá condições ideais, condições excelentes, mas há sobretudo condições mínimas. Os recursos humanos dos museus em Portugal atingiram esses mínimos. As instituições de memória não podem cumprir as respectivas missões sem o mais fundamental dos seus recursos, as suas equipas técnicas.

As regras anacrónicas e desajustadas da função pública dificultam o acesso livre aos concursos técnicos e obrigam, no melhor dos casos, os candidatos a percursos penosos e longos por diversas carreiras; noutros casos, eternizam-se situações irregulares. Estas soluções conduzem também ao afastamento dos candidatos melhores e mais bem preparados a nível académico e científico dos quadros técnicos dos museus.

As últimas décadas assistiram ao desinvestimento constante da administração central, compensado pelo dinamismo da administração local e dos privados. No entanto, as dificuldades dos últimos anos implicaram também o fim desse dinamismo.

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 2004 regulamentou procedimentos que permitiriam minorar o envelhecimento dos recursos humanos e, simultaneamente, possibilitar aos candidatos o acesso a estágios e eventual admissão nos quadros dos museus. Esta, como muitas outras disposições, não foi cumprida.

O desmantelamento da Rede Portuguesa de Museus, com o fim abrupto do notável trabalho de qualificação dos museus portugueses, foi outra machadada importante. Este significativo sinal de desinteresse e desinvestimento tem sido completado com as transferências e concentrações de tutelas museológicas, acompanhados da desestruturação das equipas técnicas, sem estudo prévio, avaliação técnica ou monitorização de resultados.

O sistema museológico nacional assenta nos museus designados como nacionais para garantir a rede de suporte técnico e profissional, mas quantos dos museus nacionais desempenham as missões que lhes estão atribuídas?

O reduzido número de reuniões do Conselho de Museus, associado à grave lacuna operacional deixada pela extinção do Observatório das Actividades Culturais, não permitem que o alerta para esta situação insustentável seja veiculado pelos mecanismos previstos. Resta-nos a voz associativa, a obrigação de não deixarmos que atrás de nós venha o vazio.

Mais que discutir questões de gestão ou orientação técnica da instituição museológica, temos de assegurar que novos profissionais virão renovar as fileiras, trazer novas ideias e energia, assegurar a passagem de testemunho que só é compatível com a vivência e aprendizagem quotidianas.



Equipas de Museus: Evolução ou Retrocesso? (II)

Ana Carvalho, investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

A crise tem sido a desculpa para todos os males. Nos museus estamos muito interessados em discutir a crise, entenda-se modelos de gestão e projectos-piloto. Não contendo que é preciso reagir, até porque a cultura é a primeira a sofrer quando se trata de reduzir orçamentos. De certa forma, o apoio à cultura sempre esteve em crise em Portugal, porque, convenhamos, nunca serão suficientes os recursos para alcançarmos uma verdadeira revolução no acesso à cultura num sentido mais lato e na democratização dos museus. Mas também me parece que nem sempre os recursos disponíveis têm sido canalizados da forma mais eficiente para alcançar esses mesmos desígnios. Acima de tudo, porque temos falhado na definição daquelas que devem ser as prioridades das políticas museológicas. E a meu ver entre as prioridades estão as pessoas, num duplo sentido. As pessoas que trabalham nos museus e as pessoas para quem trabalhamos. Ou seja, as equipas de museus e os públicos.

Mas é das equipas que quero falar neste contexto. Sem equipas de museus não há museus, ou melhor dizendo não haverá projecto museológico ao serviço de, com cabeça, tronco e membros, que seja capaz de promover um serviço público satisfatório. São as equipas que fazem os museus. Parece uma afirmação à La Palisse, mas creio que ainda precisamos de a dizer repetidamente até que se entranhe verdadeiramente.

Estamos de facto muito interessados em discutir novos modelos de gestão a perseguir, somos os primeiros a querer mostrar que podemos fazer mais com menos e a apresentar um “kit de primeiros socorros para museus em tempo de crise”. Talvez por ingenuidade, talvez para mostrar perseverança ou empenho. Mas questiono-me sobre os limites dessa posição. Creio que há limites mínimos e muito se tem ultrapassado nos museus, não raras vezes à custa da entrega de cada um e até de recursos pessoais. E a pergunta é: fazer mais com menos mas à custa do quê e de quem?

Parece justo assumir que houve uma evolução do ponto de vista das equipas de museus, se pensarmos num tempo mais longo. O último estado da arte sobre o panorama museológico português mostrou alguns avanços do ponto de vista quantitativo de pessoal afecto a museus como da sua qualificação profissional em comparação com dados relativos a 2000.¹ No entanto, esses dados remetem para 2009 e a crise instalou-se duramente nos museus depois disso. Não há estudos actualizados e abrangentes que

¹ Neves, José Soares, Jorge Alves Santos, e Maria João Lima. 2013. *Panorama Museológico em Portugal (2000–2010)*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural.

mostrem o real impacto da crise na redução das equipas e na precariedade dos vínculos de trabalho, mas tudo leva a crer que essas consequências são reais e tangíveis como me é dado a conhecer por testemunhos de colegas no sector e por algumas notícias (parcas) na comunicação social.

Em 2011 assistimos ao desmantelamento (pacífico) de uma equipa de seis pessoas que dava suporte à existência da Rede Portuguesa de Museus no seguimento de uma abordagem administrativa de aplicação de cortes cegos de cima para baixo. Não desapareceu a Rede, embora a sua acção depois disso se tenha transformado em algo residual ou praticamente invisível. Poderão ser várias as explicações para esta situação, mas o facto de ter desaparecido o seu corpo de pessoal e com ele o investimento de largos anos na formação desse pessoal, levou a que se tenha deitado por terra um projecto afirmado e de provas dadas.

Ainda em 2011, no âmbito da minha pesquisa de doutoramento, via o desalento de um dos directores de um museu nacional quando confrontado com o facto de ter de dispensar técnicos que até aí asseguravam a coordenação de áreas de trabalho mas que eram impossibilitados de continuar pelas restrições impostas de não contratação. Para o museu isto significou começar do zero em várias áreas-chave, com consequências concretas para a amputação da sua acção.

Em Janeiro de 2016 foram divulgadas² algumas das conclusões de um relatório desenvolvido por um grupo de trabalho no seio da Direcção-Geral do Património Cultural que destacava as carências de pessoal nesta organização, nomeadamente o seu envelhecimento, abrangendo os museus nacionais e os palácios: 58% do pessoal tem mais de 50 anos e apenas 4% se situa no intervalo entre 25 e 34 anos, sendo expectável que até 2020 120 efectivos se aposentem. Outras notícias têm trazido a lume a dificuldade de vários museus nacionais em manterem salas de exposição abertas por falta de pessoal. A aposentação de profissionais e a sua não substituição devido ao bloqueio de entrada de técnicos na função pública é uma das problemáticas da situação crónica e paralisante em que (sobre)vivem muitos museus.

Uma outra dimensão é a precariedade de vínculos de trabalho. Recentemente, foi denunciada a situação de falsos recibos verdes num museu lisboeta em que um assistente de exposição alegadamente receberia 3 euros/hora.³ A notícia é alarmante, mas lamentavelmente não surpreende. Sabemos da existência de outros casos de falsos recibos verdes mesmo para o cargo de directores de museu.

² Carvalho, Cláudia Lima. 2016. “Mais de Metade do Pessoal da DGPC tem mais de 50 anos.” *Público*, Janeiro 7. <https://www.publico.pt/2016/01/07/culturaipilon/noticia/mais-de-metade-do-pessoal-da-dgpc-tem-mais-de-50-anos-1719498>

³ “Falsos Recibos Verdes a 3€/h no MUDE, Abusos Continuam no Museu do Design e da Moda: Testemunhos”. 2 de Dezembro de 2016. <http://www.precarios.net/?p=13566>. Ver ainda os casos de denúncia quanto ao Museu do Dinheiro e Serralves: “Banco de Portugal: Falsos Recibos Verdes no Museu da Instituição: Testemunhos.” 22 de Dezembro de 2016. <http://www.precarios.net/?p=13629>; e “Serralves Movida a Recibos Verdes.” 3 de Março de 2016. <http://www.precarios.net/?p=13080>

Uma outra situação irregular que me foi dada a conhecer por vários directores de museu é a contratação de profissionais para o lugar de recepção e acolhimento ao visitante com habilitações que vão para além dessa função, na expectativa de poderem desenvolver outras tarefas nos museus, ainda que auferindo pouco mais do que o salário mínimo. Esta situação é, não raras vezes, feita com a anuência das hierarquias, que vêem esta situação como a única forma de se fugir à rigidez e às limitações impostas pela não abertura de concursos públicos na função pública e a “oportunidade” para um profissional desenvolver uma actividade num museu. Embora desconcertante, dizia-me uma colega mais experiente a quem mostrava a minha indignação, que isto acontece sistematicamente nos museus há largos anos. Todavia, esta não deixa de ser uma pseudo oportunidade para estes profissionais, que ao fim de muitos anos poderão continuar a auferir o mesmo e não ter possibilidade de “actualizar” a sua situação, “migrando” para outro cargo e auferindo de acordo com o mesmo.

Portanto, não falamos apenas de problemas novos decorrentes da crise, mas de velhos problemas que permanecem a meu ver como um não assunto no sector. Porque se, por um lado, admitimos abertamente entre colegas, diga-se em contexto informal, estes e outros problemas relativos à precariedade e às condições de trabalho, dificilmente estes são tópicos transpostos para discussão na esfera pública. Parece haver entre os profissionais de museus e da cultura em geral uma relação difícil com a questão do dinheiro e com o reconhecimento da precariedade. Com frequência se diz, informalmente, que não estamos na cultura pelo dinheiro. Mas a verdade é que todos precisamos de sobreviver e acima de tudo viver com dignidade, para não falar das motivações. E os museus não são diferentes de outras organizações. Se, por um lado, tanto se tem evoluído em matéria de teorias motivacionais, esta questão parece passar ao lado dos museus e da função pública em geral, contexto que abrange a maioria dos profissionais de museus.

Com efeito, a crise tem sido a desculpa para que se aceitem pacificamente muitas irregularidades e a perda de direitos, e nesse sentido há um retrocesso tácito com consequências também para o crescimento e desenvolvimento das equipas de museus. No entanto, não creio que por si só a crise possa explicar a apatia e a paralisia em que vive o sector. Porque se, por um lado, somos capazes de identificar todas estas anomalias, interrogo-me até que ponto temos sabido debater e reivindicar estas problemáticas não só entre a comunidade profissional, como junto das instituições competentes e dos actores políticos.

Não temos visto do ponto de vista associativo estas matérias na agenda de uma forma mais proactiva, são poucos os exemplos de lideranças que dão a cara pelas suas equipas, nem tão pouco vemos os profissionais a tomarem uma posição ou a exigir soluções. O que é que isto nos diz?

ENTREVISTA com David Santos



David Santos é cara conhecida de muitos de nós, tendo feito notícia a sua demissão do Museu do Chiado em Julho de 2015, cargo que ocupava desde 2013. Foi ainda director do Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira). É Historiador de arte e curador de arte moderna e contemporânea, sendo doutorado em Arte Contemporânea pela Universidade de Coimbra, mestre em História Política e Social, pela Universidade Lusófona, pós-graduado em História da Arte e licenciado em História, na variante de História de Arte, pela Universidade Nova de Lisboa. Mas é como subdirector da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), com responsabilidades atribuídas na área dos museus, cargo que ocupa desde Fevereiro de 2016, que nos concedeu esta entrevista.

Ainda sem uma estratégia tornada pública que estabeleça orientações e metas para a política museológica a ser seguida, David Santos destaca, no entanto, uma das prioridades da DGPC para o campo dos museus e do património: uma “verdadeira” democratização do acesso. Como? No investimento na comunicação das colecções através do digital, na valorização das actividades por via de maior divulgação, nomeadamente publicidade, no estímulo às parcerias e na procura de mais apoios mecenáticos. É de realçar um dado positivo para 2017: a possibilidade de entrarem 37 assistentes técnicos para os museus, palácios e monumentos tutelados pela DGPC, com a abertura prevista de novos concursos públicos.

Ana Carvalho – Foi nomeado subdirector-geral da DGPC em Fevereiro de 2016. Quais são as funções e atribuições do cargo?

David Santos – Em termos gerais e sucintos, diria que como subdirector-geral do Património Cultural com a área dos Museus, Palácios e Monumentos, exerço funções de coordenação da programação geral dessas instituições, procurando atender a todas as ligações entre as suas direcções intermédias e a gestão central da DGPC e do Ministério da Cultura.

Ana Carvalho – Que balanço é possível fazer destes dez meses de trabalho?

David Santos – O balanço é bastante positivo, apesar de ter consciência do muito que falta fazer e do pouco tempo que esta direcção teve para avançar com uma estratégia

própria. Em termos individuais, nestes primeiros meses de acção e desempenho directivo procurei contribuir para a criação de condições que garantissem a execução dos programas dos nossos museus, palácios e monumentos (MPM), contornando algumas dificuldades e apostando numa mais eficaz divulgação de alguns dos seus momentos mais decisivos (desde a Noite Europeia dos Museus, que observou um aumento extraordinário de público, a grandes exposições e eventos ao longo do ano até à reabertura do Museu de Arte Popular). Mas, nesta altura, o mais importante é sublinhar a entrega incedível das equipas dos MPM, dos directores aos vigilantes, que contribuíram de modo decisivo para esta dinâmica cultural, confirmando, uma vez mais, que, apesar das dificuldades que o sector atravessa devido a restrições orçamentais, é possível continuar a realizar um trabalho de referência. Essa dedicação por parte de todos os profissionais, a quem gostaria de manifestar aqui o meu reconhecimento, é um dos principais factores que têm influenciado o crescente número de visitantes nos nossos MPM. No caso dos museus, esse crescimento resulta sobretudo da qualidade das colecções e do programa de exposições temporárias, que reflecte a conciliação da investigação científica com a dinâmica de interesse público. A este respeito, poderei dar como exemplo mais recente, o êxito da exposição *Amadeo Souza Cardoso. Porto/ Lisboa. 2016–1916* que levou ao Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, mais de 40 mil visitantes e que agora inaugura no Museu do Chiado, prevendo-se igual sucesso. De resto, o crescimento do número de visitantes nos MPM registou em 2016 um aumento de 15,5% em relação ao ano anterior, num total de 4 milhões e 680 mil pessoas. Por isso, tendo em conta o tempo que levo no exercício de funções e tudo aquilo que conseguimos fazer e projectar, só posso considerar como positivo o balanço destes meses de trabalho, lembrando por fim, a dinâmica profissional que resultou da realização em Lisboa, nos dias 13, 14 e 15 de Dezembro último, do *IV Encontro de Directores de Museus de Portugal e Espanha*, no auditório do novo Museu dos Coches. Uma iniciativa que se impunha há muito e que esta direcção fez questão de concretizar ainda em 2016.

Ana Carvalho – Quais os objectivos da política museológica da DGPC a curto e médio prazo?

David Santos – Consignado no decreto-lei 115 de 2012, a DGPC tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integram o património cultural imóvel, móvel e imaterial do nosso país, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional. Por isso, cabe a esta Direcção-Geral definir uma estratégia de afirmação dos museus, estabelecer as suas prioridades e implementar um programa geral, atendendo sempre às especificidades de cada uma das instituições por nós tutelada.

O objectivo imediato da actual direcção é promover os museus, palácios e monumentos tendo em conta a valorização das suas colecções e uma maior divulgação dos seus “tesouros nacionais”, por forma a potenciar o valor cultural e patrimonial desse legado. Depois da recente reabertura do Museu de Arte Popular, esta direcção pretende criar condições para uma maior consolidação institucional dos nossos museus, articulando o

apoio orçamental aos programas de actividades e uma maior participação na melhoria e enriquecimento das colecções, isto é, do nosso património museológico.

Ana Carvalho – Quais são as principais as prioridades e quais os grandes desafios?

David Santos – O grande desafio, e nessa medida, a principal prioridade será criar as condições para uma verdadeira democratização do acesso ao nosso património cultural, quer através de campanhas de aproximação e de participação real, por um lado, quer, por outro, mediante o investimento qualitativo da comunicação *online* em torno das colecções e do património, promovendo assim uma maior participação virtual, com o objectivo de chamar mais os portugueses a uma cidadania de participação cultural, entendida essencialmente como factor de identidade e de partilha. Para isso, esta direcção está empenhada numa crescente valorização do plano de actividades ao apostar no desenvolvimento consequente da sua maior divulgação, mediatização e publicidade (estratégia que teve já em 2016 alguns avanços com campanhas na televisão, rádio e imprensa), bem como no aprofundamento de uma política de protocolos de mecenato para cada um dos "serviços dependentes" (museus, palácios e monumentos) e outras parcerias com o claro objectivo de incrementar uma profícua participação de outros sectores da sociedade na vida dessas instituições de referência nacional. Deste modo, a divulgação, o apoio mecenático e as parcerias deverão apoiar de modo directo a qualificação dos serviços e do programa dos museus, palácios e monumentos, obedecendo de modo inequívoco a critérios de excelência como veículo de reconhecimento da dimensão nacional desses equipamentos que potenciam a distinção identitária do país e a sua valorização cultural, turística e económica.

Estou certo de que o desenvolvimento de um mais forte processo de consciencialização e promoção do valor específico deste património cultural poderá contribuir para uma maior participação na nossa vida colectiva e, dessa forma, para um melhor exercício da nossa cidadania.

Ana Carvalho – As conclusões de um grupo de trabalho da DGPC noticiava a 7 de Janeiro de 2016 pelo jornal Público algumas conclusões. Entre elas «a menorização da Rede Portuguesa de Museus e dos recursos que lhe estão afectos». Que passos têm sido dados para colmatar esta situação e o que se perspectiva no futuro?

David Santos – Em relação à Rede Portuguesa de Museus (RPM), relembro que o actual quadro institucional português na área da cultura não comporta a existência de uma Estrutura de Projecto RPM e respectiva equipa alargada, tal como foi concebida a Rede aquando da sua criação no ano 2000. No actual contexto orgânico, a DGPC tem procurado executar as respectivas atribuições através de acções desenvolvidas pelo Departamento de Museus, Conservação e Credenciação, das quais destaco o programa de formação anual RPM, que desde 2014 contou com 18 acções de formação sobre temáticas nucleares da actividade museológica e foi frequentado por mais de 400 profissionais de museus; a instrução de candidaturas à credenciação de museus, mais de 30 processos instruídos desde 2013 que resultaram já na integração de dez novos museus na RPM; a articulação, a promoção e a divulgação dos museus que integram a

Rede, através da página do Facebook da RPM, do *website* da DGPC e da plataforma internacional “Registo Ibero-americano de Museus” (Ibermuseum); a prestação de apoio técnico e consultoria especializada a museus da RPM ou em fase de credenciação, quando justificável em articulação com as Direcções Regionais de Cultura, bem como a emissão de pareceres sobre projectos de museus RPM a candidatar a apoios financeiros ou a implementação, em 2016, de uma acção de monitorização dos museus RPM.

Considero que a DGPC tem contribuído para o cumprimento dos objectivos previstos no artigo 103 da Lei-Quadro dos Museus Portugueses - especificamente no que se refere à valorização e à qualificação da realidade museológica nacional; à cooperação institucional e articulação entre museus, à racionalização dos investimentos públicos em museus, bem como à difusão da informação relativa aos museus, à promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas e ao fomento da articulação entre museus. Reconheço que seria desejável que a acção da DGPC neste plano tivesse ainda maior alcance, sendo que esta Direcção-geral prossegue o seu firme compromisso com a RPM, procurando avançar paulatinamente na consolidação dos eixos de actuação já iniciados, não deixando de recordar que o nosso país vive ainda um contexto marcado por adversidades de ordem económica e orçamental.

Ana Carvalho – O mesmo relatório da DGPC sublinhou o envelhecimento das pessoas que trabalham nesta organização e em serviços dependentes: 58% tem mais de 50 anos e apenas 4% se situa no intervalo entre os 25 e os 34 anos. Sendo expectável que até 2020 120 efectivos se aposentem. Abrangendo esta realidade os museus nacionais, o que está previsto para combater esta situação?

David Santos – O panorama descrito nesse relatório plasma uma realidade que é transversal a todo o serviço público estatal e, nessa medida, os serviços centrais da DGPC e os serviços dependentes, isto é, os museus, palácios e monumentos por nós tutelados ressentem-se igualmente de uma situação que tem já muitos anos, mas que neste momento, e a cada ano, se torna mais visível. A resolução, pelo menos parcial, desse problema terá de ser igualmente desenhada a um nível geral, sendo certo que este ano de 2017 vamos ter, conforme anunciado pelo Sr. Ministro da Cultura, e entretanto já publicados em Diário da República os primeiros concursos, um reforço de pessoal de cerca de 37 novos profissionais, ao nível de assistentes técnicos para os museus, palácios e monumentos. Apesar de não resolver todos os problemas dos nossos espaços ao nível das áreas de vigilância e de recepção, permitirá, contudo, uma maior margem de manobra e gestão de serviço em várias das nossas instituições.

NOTÍCIAS ICOM

Museus, Comunidade e Turismo, um Triângulo Virtuoso: Balanço Jornadas de Outono do ICOM Portugal

Manuel Morais Sarmento Pizarro, doutorando na Universidade do Porto

No dia 29 de Outubro realizou-se no Museu Nacional de Grão Vasco as Jornadas de Outono do ICOM Portugal, integrado no programa das comemorações do centenário daquele Museu e com o tema *Museus, Comunidade e Turismo, um Triângulo Virtuoso?*

Destaque-se a presença dos presidentes do ICOM Europa e do ICOM Espanha, o que revela a oportunidade do tema em debate no contexto actual quer peninsular quer continental e, como se pôde testemunhar com as diferentes conferências, mesmo à escala global.



Jornadas de Outono do ICOM Portugal. Fotografia do Museu Nacional Grão Vasco

Na comunicação inaugural, François Mairesse (presidente do ICOFOM – Comité Internacional para a Museologia) evidenciou a necessidade de um mútuo desenvolvimento e potenciação dos museus e do turismo, alertando para alguns riscos, tais como o dos museus passarem a centrar-se nos números de visitantes em detrimento do cumprimento da sua função de conservação e estudo das colecções. No caso dos ecomuseus (tipologia museológica que esteve em destaque em várias comunicações), manifestou que desde a criação do primeiro em território francês, Creusot, existiu relação com o turismo, embora distante da noção de turismo de massas, e explicitou uma problemática actual na questão relativa a quem se destina ao museu, defendendo um termo médio, nem totalmente “antiturstista” nem apenas orientado à comunidade.

Teresa Morales (do Instituto Nacional de Antropologia e História do México) questionou a virtuosidade do triângulo em apreço, centrada no caso dos museus comunitários de Oaxaca para verificar o efectivo impacto da expansão turística no desenvolvimento das comunidades, sem deixar de observar o papel dos órgãos decisores, e como estes influenciam o papel e a relevância dos museus.

José Gameiro, do Museu de Portimão, relatou a experiência daquela instituição, localizada numa região onde o turismo de massa é mais expressivo em Portugal, com inevitáveis repercussões e desafios relativamente aos caminhos, potencialidades e modos de coexistência. A solução passaria pela consciência do Museu enquanto museu de território, de sociedade e de identidade, e da sua responsabilidade pela criação de estratégias de mediação que harmonizem essas diferentes realidades.

Karen Brown (Universidade St. Andrews, Escócia), partindo dos casos dos museus comunitários da Escócia e da Costa Rica, questionou a definição de comunidade nesses museus e o diálogo existente entre os órgãos políticos e as comunidades relativamente a eles, e quais as estratégias para a sustentabilidade e o desenvolvimento de um ecoturismo pelas instituições.

Joana Sousa Monteiro referiu-se à experiência do Museu de Lisboa num contexto de crescimento turístico, realçando as vantagens e as desvantagens dessa relação para os museus, e de como estes podem aportar àquele sector valores, tais como identidade e humanidade.

Peter Davis (Universidade de Newcastle) abordou os conceitos de lugar, ecomuseu e turismo, verificando termos conexos nos dois últimos enquanto criadores de relações e beneficiadores do capital social, cultural e económico da comunidade.

Evidenciou-se, assim, um claro momento paradoxal, em que os museus, sujeitos à sua missão e dedicados primeiramente às colecções, têm de definir qual a sua “comunidade” primeira, o seu público-alvo, bem como estão conscientes de que o potenciamento turístico é um fenómeno paralelo sujeito a incentivos que não são independentes dos decisores políticos, pelo que surge uma enorme atractividade por parte dos museus de alcançar também esse público, motivada não só pela sua obrigação de divulgação do património, mas também por compromissos de sustentabilidade sem, no entanto, poderem descuidar os que lhe são mais próximos.

Nota da ed.: Os resumos das comunicações e as notas biográficas dos conferencistas estão disponíveis em: <http://icom-portugal.org>

Museus Comunitários: Em que Ponto Estamos?

Conferência do Projecto EULAC MUSEUMS

Mário Nuno Antas, museólogo

Qual o verdadeiro papel social que os museus comunitários desempenham na Europa, na América Latina e nas Caraíbas? Esta é uma das questões que o projecto EULAC MUSEUMS – Museus e Comunidade: Conceitos, Experiências e Sustentabilidade na Europa, América Latina e Caraíbas (2016-2020), financiado pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia, procura investigar e responder através da troca de experiências e a partilha de textos doutrinários e de experiências ocorridas nos museus dos países integrantes e, mais alargadamente, no amplo universo das três regiões consideradas.



Conferência EULAC MUSEUMS, no Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de Mário Nuno Antas

A este propósito decorreu em Lisboa no passado dia 1 de Novembro, no Museu Nacional de Arqueologia, a primeira reunião de um consórcio coordenado pela Universidade de St. Andrews na Escócia, do qual fazem parte o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o Museu Nacional de Arqueologia, de Portugal, a Universidade de Valência em Espanha, o Museu Nacional da Costa Rica, a Universidade Austral no Chile, a Universidade Pontifícia Católica do Peru e a Universidade das Índias Ocidentais (Barbados, Trinidad e Jamaica).

Nesta ocasião, o projecto EULAC MUSEUMS trouxe a Portugal um número significativo de investigadores e de profissionais, entre os quais dois ex-presidentes do ICOM, Hugues de Varine e Alissandra Cummins, assim como vários peritos mundiais bem conhecidos na área dos museus comunitários, tais como: Teresa Morales, Peter Davis, Luis Repetto, Beatriz Espinosa, Samuel Arce, Karin Weil, entre outros.

A ideia geral passou então, e passa, por demonstrar como os museus prestam serviços essenciais às suas comunidades, numa perspectiva de inclusão em que todas as pessoas, independentemente do seu género ou condição social, têm a oportunidade de participar activamente. Por este motivo a [jornada de trabalho](#) iniciou-se com uma reflexão partilhada sobre o tema, como decorria do próprio título: *Community Museums: Where do We Stand? (Museus Comunitários: Em que Ponto Estamos?)*. Fez-se então uma reflexão crítica e um ponto de situação actualizado sobre as formas de organização e as metodologias de acção destes museus em vários países europeus

(Escócia, Portugal, Espanha, França), das Caraíbas (Jamaica, Barbados, Trinidad e Tobago e da América Latina (Costa Rica, Chile, Peru e México).

Para lá da investigação subjacente a um projecto desta natureza, que implica a criação de um portal em linha (<http://eulacmuseums.net/>) e uma base de dados, enfatizando não só a vertente material dos museus comunitários, mas também a vertente do património imaterial, este projecto caracteriza-se por pretender cimentar a ligação dos jovens às comunidades, pelo uso de tecnologias nos museus comunitários para registar as tradições e as actividades promovidas.

Um programa de intercâmbio, que envolverá 12 jovens da América Latina e da Europa, irá ainda reforçar os laços de mútuo conhecimento e permitir o desenvolvimento de um projecto de história oral em que os jovens aprendam com os anciãos das comunidades. Envolvendo-se na história da sua comunidade de acolhimento, estes jovens irão analisar outras culturas, ganhar novas competências de investigação, nomeadamente nos domínios das tecnologias de registo, e aprender a trabalhar efectivamente em equipas multiculturais.

Finalmente, mas não menos importante, o chamado museu virtual constitui um dos principais focos deste projecto. Partindo do registo digital de objectos através de tecnologias baseadas em registo 3D e fotogrametria, procura-se valorizar e disponibilizar em linha o acesso aos objectos que as comunidades consideram identitários da sua cultura.

Assim, este projecto procura colocar no centro da discussão museológica os museus comunitários e as formas que as comunidades locais conseguem organizar-se por forma a criarem, manterem e valorizarem os seus espaços museológicos.

Mais do que certezas, existem interrogações. Mais do que teorias museológicas existe *praxis* museográfica, mais do que obras de arte reconhecidas internacionalmente, existem objectos sentidos com a alma de quem lhes sabe realmente dar valor afectivo e emocional. Como sobrevivem os museus comunitários? Quem são os rostos anónimos que os mantêm? Que elos ligam estes museus às pessoas? Como surgem as actividades? Que razões e que sentimentos movem as pessoas a perpetuar as suas memórias? No fundo vamos procurar saber e documentar como mudam estes museus a vida das pessoas e se constituem verdadeiros centros comunitários, onde a casa das musas se realiza verdadeiramente, dando espaço a todas as manifestações culturais.

O Valor Económico dos Museus: Templos do Conhecimento, Máquinas de Entretenimento ou Plataformas Participativas?

Conferência Anual da NEMO

Clara Frayão Camacho, presidente da assembleia-geral do ICOM Portugal

Ao longo dos últimos anos, a NEMO (Network of European Museum Organisations) tem abordado na sua conferência anual cada um dos quatro valores em torno dos quais se desenvolve o trabalho dos museus, segundo esta rede internacional de organizações europeias. Tendo debatido em 2014 os valores sociais e em 2015 os valores educativos, em Novembro de 2016 foi a vez de tomar os valores económicos como tópico central da conferência realizada em Karlsruhe (Alemanha).



Conferência anual da NEMO, 2016 © Badisches Landesmuseum, Foto: GoldschmidtHovav

Com mais de 160 participantes, oriundos de 33 países, a conferência contou com oradores das áreas da Economia, da Gestão e dos Museus, conjugando as apresentações de teor reflexivo com práticas significativas no plano europeu. A estrutura do programa foi organizada dicotomicamente com um olhar “para fora” das entidades museológicas, indagando dos efeitos dos museus no seu entorno, seguido de um olhar “para dentro”, à procura de modelos de gestão destas instituições. Do lado das experiências, foram realçados, entre outros, os bem-sucedidos exemplos colaborativos dos museus de Amesterdão, bem como do “Passe-Museus” da região transfronteiriça de Baden-Württemberg (Alemanha, Suíça e França) que dá acesso a mais de 300 museus.

Neste curto comentário à conferência da NEMO de 2016, se as experiências são diversas, ricas e acarretam matéria para análise e comparação com situações nacionais, prefiro antes destacar, pela sua oportunidade, a intervenção de abertura do conferencista convidado, Pier Luigi Sacco. Professor de Economia Cultural nas Universidades de Milão e de Harvard, Sacco é bem conhecido pelas suas pesquisas no campo da Economia da Cultura no período pós-industrial, que mesclam o saber económico com a reflexão humanista. A sua investigação defende o investimento em bens imateriais como parte da nova política económica, incluindo a Arte e a Cultura na construção da prosperidade.

O paradigma mais conhecido do pensamento de Pier Luigi Sacco encontra expressão na teorização dos três regimes de produção cultural, que designou de Cultura 1.0

(mecenato e apoio público e privado¹), Cultura 2.0 (indústrias culturais e criativas) e Cultura 3.0 (comunidades de conteúdo). Estes três regimes sucedem-se ao longo do tempo, embora coexistam também na contemporaneidade.

Na conferência de abertura do Encontro de Karlsruhe, Sacco posicionou os museus nos três regimes de produção cultural a que se acaba de aludir. Assim, os Museus 1.0 correspondem a “templos de conhecimento”, centrados principalmente na conservação e apresentação dos acervos. A criação de valor está ligada ao fortalecimento e à atracção dos públicos dos museus, bem como à transferência de conhecimento e de competências. A sustentabilidade económica é vista como uma interferência no prosseguimento da missão do museu e o objectivo dos apoios financeiros públicos e privados é o de libertar o museu das actividades que sejam externas aos seus propósitos educativos.

Os Museus 2.0 são equiparados a “máquinas de entretenimento”². Neste regime há uma expectativa crescente de que o museu origine receitas, seja gerido eficientemente e contribua para o desenvolvimento do Turismo. O retorno económico não é visto como uma ingerência na missão do museu e a resposta do público torna-se crescentemente um factor explícito de sucesso, influenciando as estratégias e as políticas do museu.

No âmbito da Cultura 3.0 (comunidades de conteúdo) dá-se um colapso da separação entre produtores e público, o que origina um fluxo contínuo de participação activa/passiva. Neste contexto, os Museus 3.0 são “plataformas participativas”, em que a ideia de um público passivo é gradualmente substituída por um espectro de formas de participação directa. Os museus podem criar valor, por exemplo, em termos de incubadoras de inovação, centros de bem-estar, facilitadores de sustentabilidade e lugares de coesão social. As novas formas de valor compreendem, nesta perspectiva, diferentes modos de interacção social, registando-se a abertura dos acervos dos museus à possibilidade de apropriação criativa dos seus conteúdos por parte dos utilizadores.

Posicionando os museus naquele paradigma económico-cultural e recordando que os diferentes regimes coexistem em simultâneo, Pier Luigi Sacco coloca uma especial ênfase na necessidade de tornar estes valores mensuráveis e compreensíveis para os *stakeholders*. Dando um exemplo relacionado com a actual situação demográfica dos países europeus, Sacco refere que os museus que contribuam significativamente para o envelhecimento activo geram benefícios económicos evidentes para as comunidades, o mesmo sucedendo com os museus que desenvolvam uma cultura de inovação com reflexo nos jovens.

Como conclusão, este autor apela a que cada museu encontre os seus próprios canais de criação de valor, dependendo das suas características, da missão, do contexto e dos

¹ O termo *patronage*, utilizado nos textos de Sacco em língua inglesa, abrange não apenas o mecenato, mas os apoios financeiros estatais às instituições culturais.

² Na tipologia de Sacco, é incontornável lembrar o texto fundador de Duncan Cameron: “The Museum, a Temple or the Forum”, *Curator*, March 1971, 11–24.

constrangimentos que enfrente. De qualquer modo, a filosofia de criação de valor por parte dos museus precisa sempre de ser claramente comunicada e monitorizada, daí o papel crucial da mensuração e da validação. Sem que existam regras únicas para aplicar a todos os museus, é igualmente importante evitar que estas entidades sejam julgadas com base em indicadores inapropriados.

O pensamento de Pier Luigi Sacco tem ecoado em vários encontros e fóruns de reflexão, bem como no plano das próprias políticas europeias. É inegável o fascínio que o seu quadro analítico pode exercer sobre os profissionais de museus, habituados a que as instituições em que trabalham sejam avaliadas numa mistura indiferenciada com quaisquer outros tipos de instituição. No âmbito dos mecanismos de avaliação da administração pública portuguesa, apontar indicadores quantitativos, com base em princípios e regras gerais, sem modularidade nem flexibilidade, constitui a prática mais comum dos museus públicos portugueses. O mesmo se passa na esfera das instituições museológicas privadas de onde, aliás, provém grande parte da cartilha gestonária da actual administração pública.

Ao rever o pensamento de Sacco, na óptica nacional facilmente se encontram casos de museus portugueses que preenchem os requisitos dos três tipos referidos. No entanto, também se conota, de forma dominante, os tempos que vivemos nos museus em Portugal com a tipologia de “Museus 2.0: máquinas de entretenimento”. Impulsionados para o sucesso do retorno económico e do aumento exponencial dos públicos, os museus correm o risco de olvidar o desafiante papel de “plataformas participativas” que a contemporaneidade lhes oferece.

Nota da ed.: Mais informações sobre esta conferência podem ser encontrados no seguinte link: <http://www.ne-mo.org/about-us/ac2016.html>

Coleccionar e Proveniências: Aplicações, Autenticidade e Propriedade Conferência Internacional no Museu de Israel

Inês Fialho Brandão, doutoranda na National University of Ireland

No mês de Novembro, entre os dias 13 e 16, no Museu de Israel, em Jerusalém, teve lugar a conferência internacional Collecting and Provenance: Usage, Authenticity and Ownership. Co-organizada pelo museu e pelo fórum internacional de investigação Collecting and Display, reuniu investigadores, museólogos, arqueólogos, instituições e empresas vindas da Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Israel, Portugal e Reino Unido.



Comunicação de Inês Fialho Brandão. Fotografia de Yair Hovav

Esta conferência debruçou-se sobre a importância da investigação de proveniências e das suas metodologias na constituição de colecções de arte e na circulação de objectos - nomeadamente antiguidades e obras de arte - durante o séc. XX. São temáticas de particular interesse para o ICOM, que tem no combate à destruição e ao comércio ilícito de antiguidades oriundas da Síria e do Iraque a sua mais recente linha de actuação na defesa do património artístico mundial e da integridade dos museus enquanto compradores. O Código Deontológico do ICOM considera a investigação de proveniências e a condução da diligência devida como parte integrante da prática profissional nos museus (artigo 2.3 e referências nos artigos 2.20; 4.5; 6.2; e 6.4).

Sem surpresas, as questões éticas, legais e metodológicas, com ou sem estudos de caso, decorrentes de proveniências problemáticas e dos pedidos de restituição de obras de arte durante o período Nazi ocuparam a maior parte dos painéis. Mas, se em conferências internacionais anteriores era notório um interesse secundário por temáticas ligadas ao (neo)colonialismo - ou seja, a questão de espólio, transferências de bens e restituições entre estados outrora parte de impérios coloniais; ou novas práticas de espoliação cultural entre culturas e/ou estados - esta temática esteve praticamente ausente nesta conferência.

Destacou-se uma palestra dedicada ao coleccionismo privado de arte africana e à importância da *connoisseurship* numa área em que a circulação de falsos abunda de modo a alimentar um mercado com crescente procura, e cujo valor comercial cresce exponencialmente.

Comparativamente a outras conferências sobre a temática, este encontro debruçou-se longamente sobre questões normalmente ignoradas: a circulação e as transacções ilegais de bens arqueológicos; os modelos económicos que sustentam estes circuitos; de destacar a reflexão demorada sobre a história, possíveis futuros, e futuros possíveis, deste campo profissional, o da pesquisa de proveniências de obras de arte, iniciado na segunda década de 1990, com o caso do *Retrato de Wally*¹ de Egon Schiele e com a [Conferência de Washington](#), que culminou com a assinatura de uma declaração de princípios, aliás subscrita pelos representantes do governo português.

De um ponto de vista organizacional, foi muito interessante o programa de *workshops* práticos, em que investigadores em museus israelitas apresentaram obras com pesquisa de proveniência em curso, permitindo aos participantes internacionais contribuir com o seu *know-how* e as suas metodologias de investigação. Será de esperar que esta metodologia colaborativa venha a repetir-se em futuros encontros da especialidade. Do mesmo modo, espera-se que se aprofundem temáticas como a necessidade de cruzamento transnacional de informação e dados sobre a história do coleccionismo, os mercados e as proveniências; a criação de redes internacionais e multidisciplinares de trabalho; e a crescente intervenção e importância de instituições com interesses comerciais nos processos de restituição de obras (veja-se a presença da Art Recovery International, conhecida em Portugal como a representante dos donos actuais da *Virgem com o Menino e Santos*, de Carlo Crivelli).

Graças à bolsa de viagem concedida pelo ICOM Portugal pude apresentar a comunicação «*Karl Buchholz and the Introduction of Entartete Kunst in Portugal*» que, pela primeira vez, revelou parte das obras de artistas tidos por degenerados pelo regime Nazi trazidas para Portugal por este livreiro e galerista alemão.² Esta comunicação deverá aparecer sob forma de capítulo em livro a ser posteriormente publicado. Agradeço ao ICOM Portugal a concessão da bolsa.

¹ Dobrzynsky, Judith H. 1998. “Modern Is Urged to Play Solomon in Paintings Dispute.” *The New York Times*, January 1. <http://www.nytimes.com/1998/01/01/arts/modern-is-urged-to-play-solomon-in-paintings-dispute.html?pagewanted=all>

² Brandão, Inês Fialho. 2016. “What’s in Lisbon? Portuguese Sources in Nazi-era Provenance Research.” *Journal of Contemporary History* (November): 1–22. DOI: 10.1177/0022009416658699

Museus e Património Local: Interação e Desenvolvimento no Séc. XXI

6.º Encontro da Plataforma *Mouseion*

Pedro Pereira Leite, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

A *Mouseion*, Plataforma Transfronteiriça de Museus, realizou o seu 6.º encontro nos passados dias 25, 26 e 27 de Novembro, no Museo Etnográfico e Textil Pérez Enciso, em Placência na província estremenha de Cáceres. Nele participaram diversos profissionais de museus da zona da Raia, museólogos e associações culturais da região estremenha, do lado espanhol e da Beira e Nordeste Alentejano, da parte portuguesa. O evento foi organizado pela Plataforma *Mouseion* em parceria com o Museo Etnográfico Textil Pérez Enciso, a Asociación Española de Museología (AEM), a Associação Portuguesa de Museologia (APOM), a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), que é uma organização afiliada do ICOM.



VI Encontro Plataforma *Mouseion*. Fotografia de Pedro Pereira Leite

Com o tema geral de *Museus e Património Local: Interação e Desenvolvimento no século XXI*, debateram-se diversas questões sobre os processos de participação das comunidades na valorização dos patrimónios locais.

Na conferência de abertura, o museólogo basco Iñaki Daiz Balerdi apresentou a defesa dos «Museus de Proximidade: Entre a Entelégua e a Realidade». O museu de proximidade, uma expressão feliz para designar o museu que sai para a rua e procura conhecer a comunidade onde se insere, é um museu activo; um museu que procura criar cidadania a partir da acção patrimonial, propondo que cada um seja agente activo da protecção e promoção dos patrimónios comuns. Iñaki sublinhou que a Museologia deve trabalhar com os patrimónios vivos das comunidades; defendeu que os patrimónios não devem ser colocados como produtos de consumo, mas podem ser usados para criar possibilidades de acção emancipatória na comunidade no âmbito da dignidade humana; devem servir para criar uma consciência crítica sobre o presente. Os museus de proximidade são museus que falam do presente, que reconhecem os problemas actuais como contributo para a escolha do futuro.

Da Catalunha, Juan Vicens apresentou uma síntese sobre o envolvimento dos museus nas comunidades, através da análise de diferentes experiências ibéricas. Juan Valdés, do Museu de Cáceres abordou as questões dos museus identitários da Extremadura.

De Portugal, apresentei neste encontro uma comunicação sobre o «Desenvolvimento da Comunidade Através do Museu». Depois de ter comparado diferentes processos participativos, em Portugal, no Brasil e em Moçambique, evidenciei situações em que as comunidades ganham dinâmicas de intervenção local a partir da acção patrimonial. Defendo que os processos patrimoniais são um instrumento de construção de cidadania e, em particularmente nos tempos em que vivemos, os direitos culturais se devem tornar protagonistas da defesa da dignidade humana, como base e instrumento da construção do desenvolvimento. Para isso argumento a necessidade de usarmos os direitos culturais, inscritos nas nossas leis, como sujeitos da lei e ultrapassarmos a visão estática de objectos na lei.

Os ateliers de discussão reflectiram sobre os processos de formação das políticas culturais na Extremadura e na região Centro. Nestes ficou clara a responsabilidade dos poderes públicos em darem as condições para a construção de políticas culturais participadas, para alocarem os recursos necessários e para a necessidade de formação dos profissionais. Verificou-se, por exemplo, que após alguns anos de expansão dos investimentos nos museus, a crise económica e de austeridade em que vivemos, os museus que melhor lidam com a crise são aqueles que dispõem de pessoal qualificado em processos participativos.

Os trabalhos completaram-se com várias intervenções de vários museus locais, com actividades culturais dos diferentes lugares da Extremadura e da Beira: bordados de Castelo Branco, adufes de Monsanto, máscara ibérica de Lazarim, coros estremenhos e tamborileiros da Extremadura e mostra de doces tradicionais.

Como conclusões, a Plataforma propõe que o conceito de “museu de proximidade” e da participação cidadã nos processos museais e patrimoniais seja considerado como um modelo de acção local; propõe-se ainda valorizar os processos de participação e dar visibilidade aos museus que desenvolvem relações de proximidade com as comunidades locais; defende ainda que é necessário que as políticas públicas propiciem condições para que nos museus se desenvolvam condições de participação para as pessoas das regiões onde intervêm e a necessidade de implicar os profissionais destes museus nos processos participativos; propõe-se, por exemplo, que os processos de avaliação da qualidade e da satisfação se desenvolvam através de processos participativos, ao invés dos tradicionais inquéritos burocráticos; além disso, desenvolver oficinas sobre participação cidadã em processos patrimoniais.

Desafios Digitais para Especialistas de Museus

Conferência Associada ao Projecto Mu.SA

Ana Fernambuco, sócia gerente da Mapa das Ideias

A segunda conferência *Digital Challenges for Museum Experts* representou um feliz regresso a casa (25 de Novembro 2016, Atenas). Entre 2013 e 2015, a Mapa das Ideias participou no projecto [Ecult Skills](#), que contextualizou a primeira conferência dedicada a este tema. Em 2016, no âmbito do novo projecto [Mu.SA: Museum Sector Alliance](#) - desta feita com mais parceiros portugueses - voltamos à segunda edição da mesma.

A conferência contou com a participação dos diferentes parceiros do projecto Mu.SA num total de 12 organizações de Itália, Grécia, Portugal e Bélgica. O projecto é liderado pela Hellenic Open University, que foi também a principal organizadora do evento.

Faço um parêntesis para sublinhar a importância de encontros e de conferências no contexto de reuniões de projectos internacionais. É uma forma de partilha do *know-how* entre especialistas, permitindo a troca de ideias e de estudos de caso.

Esta visão foi consubstanciada pelo próprio [programa](#) da conferência, conjugando o formato de comunicações com dinâmicas mais informais de trabalho em grupo, com a preocupação de proporcionar a livre discussão e o intercâmbio de experiências.

De certa forma, entre a conferência e o projecto, criou-se uma sinergia interessante entre os ambiciosos objectivos do projecto – que passam pela criação de diferentes modelos de formação *online* em competências digitais para profissionais de museus – e a oportunidade de juntar profissionais e estudantes à volta deste tema comum. Aliás, esta foi a principal vantagem de uma conferência, para além dos recursos digitais, acessíveis em tantos formatos na *web* (eu sei, um paradoxo perante o tema tratado!): a oportunidade de conversar, por vezes, sobre muitas agendas além do programado e de sentir a química entre pessoas que partilham este universo de museus.

Não obstante a tentação de circunscrever o *digital* a um tema dentro do complexo mundo dos museus, a par da conservação, da educação, etc., as comunicações - no seu global - demonstram a sua omnipresença. Precisamos de ferramentas digitais para interpretar o mundo à nossa volta, para gerir métricas, para dialogar com os nossos



Participação do ICOM Portugal na conferência, com uma comunicação de Alexandre Matos e Ana Carvalho

diferentes públicos, para comunicar as nossas ideias e, também, aprender com os outros.

Os problemas abordados demonstraram a riqueza do ecossistema museus e a sua enorme complexidade. Curiosamente, os estudos de caso e a sua discussão revelaram mais semelhanças que diferenças entre os países.

A Culture Action Europe, uma das mais importantes redes de actores culturais, estabeleceu o tom subversivo com a discussão da suposta agenda política para a cultura na Europa do actual presidente, Robert Manchin. A urgência de uma estratégia cultural de fôlego, assumindo a vocação europeia (não monolítica, mas coerente), deixa a ideia do muito que há a fazer.

Alexandra Bounia, da Comissão Grega do ICOM, leu uma comunicação muito interessante sobre os desafios que os profissionais de museus enfrentam. De forma muito inteligente, ofereceu um retrato muito vivido das dificuldades sentidas por estes profissionais: a formação, a ausência de recursos e, principalmente, a falta de visão estratégica, derivada da crise e dos ciclos políticos.

A forma como os ciclos políticos influenciam um sector sem “pactos do regime” foi, aliás, uma constante ao longo da conferência. Como podemos trabalhar com orçamento de Estado emagrecido, em ciclos de 12 meses, sem a possibilidade de contratar ou despedir profissionais? É um facto inerente à administração pública e Margherita Sani, do Istituto per I Beni Artistic Culturali e Naturali della Regione Emilia Romagna, traçou um cenário que parecia muito idêntico ao português.

A revolução digital acontece nos museus e põe a nu estas fragilidades. É silenciosa, mas insidiosa, graças à velocidade dos acontecimentos que põem em causa a experiência de exposição. E assiste-se à cada vez maior sofisticação dos meios técnicos e à crescente exigência dos públicos. Começa pela interacção com os potenciais públicos, mas também tem a ver com a forma como as pessoas vivem a informação – divididas entre a experiência digital e a contemplação do objecto.

O projecto Mu.SA tem a enorme ambição de abraçar estes desafios com uma componente formativa, fundamentada nos diferentes perfis digitais profissionais definidos no âmbito do projecto Ecult Skills.

A conferência demonstrou esse fôlego, ao delinear um território comum que expõe, em simultâneo, as fragilidades de falar em algo tão difuso como *digital*. Por essa razão, apresentações de outros projectos europeus ofereceram diferentes visões de um mesmo problema: a relevância da formação dos profissionais de museus. Este foi o caso do projecto coordenado pela Mapa das Ideias entre 2012 e 2014, *Museum Mediators*, assim como do *ADESTE (Audience DEveloper: Skills and Training in Europe)*, entre 2013 e 2016, apresentados neste contexto.

A par destas experiências, os especialistas em formação demonstraram a importância dos planos VET (*Vocational Education and Training*) para o sector da cultura, assim como a uniformização de critérios e de modelos curriculares.

Depois de vários dias de reuniões no âmbito do projecto Mu.SA, um dia de conferência revelou-se um desafio de concentração, ainda que bem recebido!

O exercício mais importante num projecto europeu é manter os olhos no horizonte e não cair nos perigos de simplesmente fazer o projecto, cumprindo os objectivos da candidatura. O trabalho entre colegas de países e realidades institucionais muito diferentes obrigam-nos a desconstruir preconceitos.

Em cada encontro, descobrimos novas referências, inovações e também fracassos. Aprendemos uns com os outros, num tempo complexo, em que a cultura não é uma prioridade. Numa conferência em Atenas. Há uma certa poesia (digital)?

Museus Nacionais: Passado, Presente e Futuro

Conferência Internacional do ICOM Europa

Fátima Faria Roque, directora do Departamento de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Decorreu nos dias 28 e 29 de Novembro último, na Fundação Calouste Gulbenkian, a conferência do ICOM Europa, sob o tema: *National Museums: Past, Present and Future*. Profissionais da área da Museologia em Portugal e na Europa, tiveram aqui uma oportunidade de excelência para reflectirem sobre questões que constituem hoje desafios e, até, motivo de preocupação, no que



Conferência ICOM Europa. Fotografia de Luís Raposo

concerne ao posicionamento dos museus enquanto “testemunhas” de um mundo em mudança. Se dúvidas subsistissem quanto à relevância e à transversalidade das problemáticas abordadas, bastar-nos-ia um olhar atento aos títulos das comunicações apresentadas: «*New National Museums in a Globalized World - Still Memory of Nations?*» (Hans-Martin Hinz); «*National Museums in a Changing Europe*» (Peter Aronson); «*Crossing Borders. Designing European Identities Through Museums*» (Luca Basso Peressut); «*National Museums, Political Regimes and Social Changes in Eastern Europe: From Late XIX Century up Today*» (Verena Vidrih Perko); «*National Museums and the Negotiation of Difficult Pasts*» (Chris Whitehead); «*National Museums: An Historical Critical Perspective*» (Dominique Poulot); «*National Museums and the Common Heritage of Europe*» (Guilherme d’Oliveira Martins) e «*National Museums Management Models: the Italian Example as a Pretext for Critical Evaluation of Current European Trends*» (Daniele Jalla) (cf. [programa](#) detalhado e os [resumos](#) das comunicações).

Três grandes questões nos suscitam uma reflexão mais profunda, pela premência e transversalidade com que foram abordadas nesta conferência: o que faz de um museu uma instituição nacional? Como se constrói uma identidade? Como se posiciona o museu perante “heranças”¹ difíceis?

A primeira foi claramente respondida por Daniele Jalla, para quem um museu será nacional, se cumprir quatro princípios-chave: fazer corresponder a sua identidade ao património nacional no seu todo; situar-se em território nacional; assumir como missão

¹ Partindo da palavra inglesa *heritage*, optámos por traduzir para “herança”, assumindo e sublinhando mesmo o sentido múltiplo do termo (legado, património, memória ou influência).

a internacionalização e ser detentor de autonomia de gestão. Não bastará, pois, ter a palavra “nacional” no nome, já que, para este efeito, “nacional” é uma categoria, não um nome. Um museu nacional será então uma entidade com uma determinação histórica precisa e deve representar e dar a conhecer todo o património de uma nação. Daqui decorre, como afirmou, aliás, o presidente do ICOM Europa, Luís Raposo, que, neste sentido, não existe em Portugal nenhum museu nacional.

A questão merece aprofundamento e cruza-se, inevitavelmente, com a segunda pergunta que enunciámos. Na verdade, não poderemos nunca falar em património (*heritage*) sem que o liguemos de modo indelével a uma comunidade específica, uma comunidade com uma identidade definida. E, neste ponto, a nossa reflexão dá-se conta (tal como os debates destes dois dias evidenciaram) da complexidade destas matérias e do necessário e vasto trabalho a fazer a nível museológico nestes domínios. Identidade e comunidade nacionais tendem a confundir-se nos discursos institucionais. Mas não existe uma identidade nacional “fechada” em nenhum ponto do planeta; do mesmo modo, e no contexto de um mundo em constante e veloz mudança e onde a globalidade se impôs, torna-se falacioso apontar a existência de uma comunidade com características identitárias comuns. A identidade nacional é uma construção política e talvez resida aí o motivo da colagem (que ainda subsiste) dos museus nacionais ao posicionamento político do governo de uma nação. E, se a identidade nacional é uma construção política, política é também a acção do museu, no sentido em que, ao afirmar a sua missão, ao definir as suas colecções e programas, está a fazer opções contextuais. Entendemos que tais opções são legítimas e, mesmo, intrínsecas ao trabalho desenvolvidos nos museus. No entanto, a sua validade e impacto junto dos públicos, será sempre maior quando permita um diálogo do passado com o presente (“uma projecção do passado no presente”, como afirmou Guilherme d’Oliveira Martins, “historicizar o presente”, na opinião de Chris Whitehead, ou reflectir as “expressões da contemporaneidade”, como sugeriu Luca Basso Peressut).

O que nos conduz à terceira questão que colocámos: como devem os museus nacionais tratar e dar a conhecer “heranças” difíceis? Se a identidade de um povo se constrói de “feitos” e memórias, é certo que, tendencialmente, cada Estado procurará sempre construir uma identidade nacional pela positiva. Temáticas como o colonialismo, por exemplo, estão ainda longe do devido tratamento crítico e museológico. E, no entanto, sabemos que a denominada “crise dos refugiados” tem aí as suas raízes.

Para os museus nacionais, o verdadeiro desafio será, então, encontrar as estratégias adequadas de modo a oferecer à diversidade de visitantes, diríamos mesmo, a uma comunidade plural, uma experiência estética e sensorial sim, mas também uma experiência portadora de esperança, uma experiência que contribua para a criação de uma “memória comum” (Dominique Poulot salientou a importância de uma “memória comum”, mais do que de uma “identidade comum”). Caberá ao museu nacional posicionar-se, também, enquanto construtor de memórias e, nesse sentido, responsável e “fundador” de uma comunidade assente em princípios como a partilha e a responsabilização em torno de heranças - essas sim - comuns.

Repensar a *doxa*, sensibilizar e promover o pensamento crítico e, conseqüentemente, contribuir para uma cidadania activa, devem passar a integrar a missão dos museus nacionais, tanto quanto a sua preocupação com a preservação, salvaguarda e conhecimento das suas colecções. Sem paternalismos nem auto-evidências. Afinal, o museu é um mediador e, como tal, cabe-lhe descodificar tempos e distâncias, mesmo que tal implique rupturas com paradigmas museológicos. Porque disso depende a sua relação efectiva com o outro, o outro que é, hoje e já, figura integrante do conceito de “nacional”, como do conceito de “património”. Para que tal panorama se desenhe no horizonte dos museus nacionais, o trabalho dos seus profissionais tem de ser suportado por uma gestão com autonomia e por políticas de longo prazo, áreas que estiveram também no centro dos debates entre profissionais de museus, ao longo dos dois dias desta conferência. E que merecem, sem dúvida, uma outra abordagem reflexiva.

Nota da ed.: Pode consultar ainda as conclusões oficiais sobre a conferência divulgadas pelo ICOM Europa em: <http://icom-portugal.org/>

Pilotando o MOOC: Uma Jornada Agregadora e de Reflexão

Jornada de Trabalho no Âmbito do Projecto Mu.Sa

Paula Menino Homem, professora do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto

No passado dia 2 de Dezembro de 2016, após o arranque do projecto internacional Mu.Sa – *Museum Sector Alliance* em Atenas (23–25 de Novembro), decorreu na Universidade Porto a jornada de trabalho intitulada *Piloting the MOOC. The Challenges of Digital Skills for Museum Sector. Identification of Needs Oriented to the Structure of Museum Professionals’ Formation & Training.*



Participantes na jornada de trabalho *Pilotando o MOOC*, Universidade do Porto

O projecto Mu.SA (2016–2019) é financiado pelo programa Erasmus+, é liderado pela Hellenic Open University (Grécia) e conta com a participação de mais 11 parceiros, três deles portugueses: a Universidade do Porto, a Mapa das Ideias e o ICOM Portugal.¹ Tem como objectivo o desenvolvimento de um programa de formação em regime de ensino à distância na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dedicado aos profissionais dos museus. Partindo da identificação de perfis de funções de emprego emergentes à escala europeia para profissionais de museus e do seu mapeamento para os Quadros Europeu e Nacionais de Qualificações, desenvolver-se-á um currículo modular composto por um MOOC (Curso Online Aberto e Massivo) para aquisição das competências básicas, coordenado pela Universidade do Porto, e um curso de especialização, sob a responsabilidade do parceiro grego, AKMI – Institute of Vocational Training.

Nesta jornada de trabalho no Porto pretendeu-se promover um ambiente amigável de trabalho em rede, alicerçando sinergias entre os parceiros portugueses, motivando-os à reflexão conjunta em torno dos desafios na área das tecnologias digitais que se colocam ao sector dos museus portugueses, enquadrando-os na escala internacional no sentido de se constituírem contributos úteis à ajustada concepção do MOOC.

¹ Além dos parceiros referidos, fazem parte os seguintes: Melting Pro Learning (Itália), Link Campus University (Itália), National Organisation for the Certification of Qualifications and Vocational Guidance (Grécia), Symbola – Foundation for Italian Qualities (Itália), The Institute of Vocational Training – AKMI (Grécia), Istituto per I Beni Artistici Culturali e Naturali della Regione Emilia Romagna (Itália), ICOM Grécia e Culture Action Europe (Bélgica).

Discutindo a missão dos museus, a sua dinâmica e efeitos na sociedade, partilharam-se perspectivas, nomeadamente as do ICTOP (Comité Internacional do ICOM para a Formação de Pessoal), através do seu presidente, Darko Babić; do CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural), pelo coordenador regional para a Europa, Mário Nuno Antas; do ICOM Portugal, por representante dos seus corpos gerentes, Alexandre Matos; da Direcção Regional de Cultura do Norte, na pessoa do seu director, António Ponte; da APOM (Associação Portuguesa de Museologia), por via de uma representante dos seus corpos sociais, Patrícia Remelgado; e da associação Acesso Cultura, pela sua directora executiva, Maria Vlachou. Entre os convidados ao debate estiveram ainda presentes a Mapa das Ideias, alguns colegas do mestrado em Museologia da Universidade do Porto e colegas do mestrado em Museologia da Universidade Federal do Piauí, que se encontravam na Universidade em visita científica.

Em debate esteve a questão dos perfis de funções emergentes relacionadas com as TIC, as dificuldades e as limitações relativas aos conhecimentos, às capacidades e às competências, e às necessidades educativas. Consideraram-se os cinco perfis funcionais identificados no âmbito do projecto [eCultSkills](#) e reflectiu-se sobre a sua aplicação: i) consultor cultural para as TIC; ii) guia cultural de TIC; iii) gestor de activos culturais digitais; iv) gestor de experiência cultural interactiva; e v) gestor de comunidade cultural *online*.

O actual contexto nacional aponta, à semelhança do internacional, para desafios do ambiente digital crescentes e transversais à comunicação, ao estudo de colecções, à documentação, à gestão de risco e à conservação, enfim, à gestão integrada e sustentável. As dificuldades dos museus são de nível e ordem diferenciados, relacionando-se com a localização e a dimensão, os tipos de público, os recursos financeiros e as estratégias digitais. A existirem, estas são afectadas por questões de liderança e de diferenças entre gerações, podendo conduzir quer a conflitos quer a desenvolvimento, dependendo das competências com que são geridas. Os cinco perfis funcionais, tal como estruturados, não têm, *lato sensu*, reflexo e aplicação directos, no sentido em que as funções ou não se desenvolvem ou são acumuladas, ainda assim de forma parcial, pelos poucos recursos humanos existentes na maioria dos museus.

Não obstante ter sido assumida como necessária uma reflexão mais aprofundada, perspectivou-se a emergência da sua realidade e consideraram-se as competências genéricas e específicas associadas aos perfis, relacionando-as com as necessidades de educação. Neste campo, para além de se desenharem módulos que considerem as tecnologias emergentes e as aplicações relevantes no mercado, sublinhou-se a importância do conhecimento inerente aos seus princípios de funcionamento para maior garante de capacidade de adaptação a situações novas. Tendo sido assumida, em termos de metodologia, a constituição de grupo focal de dez especialistas por país participante no projecto, estabeleceu-se uma proposta de embrião de tal grupo e debateu-se um conjunto de questões a serem endereçadas, no sentido de obter informação útil mais específica. É essa a fase ainda em curso e que se perspectiva concluir a curto prazo.

PUBLICAÇÕES

Sugestões de leitura

Gestão de museus e políticas museológicas

Baldwin, Joan. 2017. “Just Because Museums Are Non-Profit Doesn’t Mean They Can’t Pay Well.” Blogue *Leadership Matters*, Janeiro 9.

<https://leadershipmatters1213.wordpress.com/2017/01/09/just-because-museums-are-non-profit-doesnt-mean-they-cant-pay-well/>

Brandão, Inês Fialho. 2012. “Os Museus da Crise.” *Património.pt*, Outubro 26.

<http://patrimonio.pt/index.php/por-dentro/319-os-museus-da-crise>

Camacho, Clara Frayão, Pedro Pereira Leite, e Ana Carvalho. 2016. “Contextos e Desafios da Nova Recomendação da UNESCO para Museus e Coleções: Entrevista com Clara Frayão Camacho e Pedro Pereira Leite.” *Boletim ICOM Portugal* 7 (Setembro): 10–19.

<http://hdl.handle.net/10174/19118>

Camacho, Clara Frayão. 2016. *Redes de Museus e Credenciação: Uma Panorâmica Europeia*. Coleção Estudos de Museus, II. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direcção-Geral do Património Cultural.

Carvalho, Ana. 2013. “Entrevista com João Brigola.” Blogue *No Mundo dos Museus*, Abril 8.

<https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5293>

Carvalho, Ana. 2016. *Museus e Diversidade Cultural: Da Representação aos Públicos*. Coleção Estudos de Museus, IV. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direcção-Geral do Património Cultural.

<http://hdl.handle.net/10174/19109>

ICOM Portugal. 2015. “Entrevista com Luís Raposo.” *Boletim ICOM Portugal* 3 (Maio): 12–18.

http://icom-portugal.org/boletim_icom,156,495,detalhe.aspx

Neves, José Soares, Jorge Alves Santos, e Maria João Lima. 2013. *Panorama Museológico em Portugal (2000–2010)*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural.

Raposo, Luís. 2015. “Os Museus, a Crise e Como Sair Dela: O Estado da Arte.” *ArteCapital*,

Abril 3. <http://www.artecapital.net/estado-da-arte-51-luis-raposo-os-museus-a-crise-e-como-sair-dela>

Raposo, Luís. 2017. “Estatísticas, Museus e Sociedade em Portugal - Parte I: O Longo Prazo.”

ArteCapital, Janeiro 13. <http://www.artecapital.net/opiniao-168-luis-raposo-estatisticas-museus-e-sociedade-em-portugal-parte-1-o-longo-prazo>

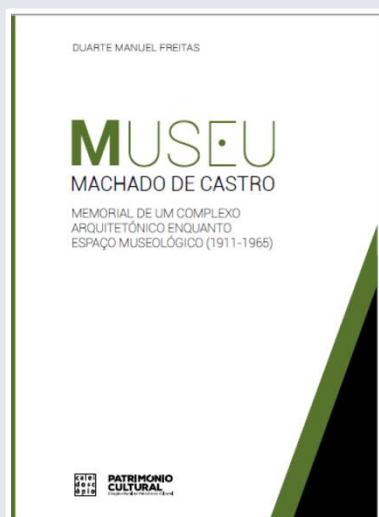
Vlachou, Maria. 2015. “Post Scriptum.” Blogue *Musing on Culture*, Maio 24.

<http://musingonculture-pt.blogspot.pt/2015/05/post-scriptum.html>

Vlachou, Maria. 2016. “Gerir Museus.” Blogue *Musing on Culture*, Julho 24.

<http://musingonculture-pt.blogspot.pt/2016/07/gerir-museus.html>

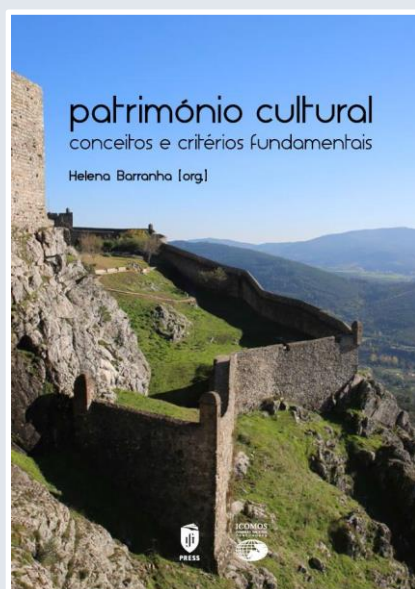
Novas edições



Duarte Manuel Freitas. 2016. *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911–1965)*. Edição Direcção-Geral do Património Cultural e Caleidoscópio. Colecção “Estudos de Museus”, 5, 411 páginas, impresso.

O livro resulta da tese de doutoramento de Duarte Manuel Freitas apresentada à Universidade de Coimbra em 2015 (orientação de Irene Vaquinhas e Regina Anacleto). O livro reflecte sobre as transformações ocorridas no complexo arquitectónico que acolhe o Museu Nacional de Machado de Castro desde o seu nascimento, em

1911, até à elevação ao estatuto de museu nacional, em 1965. «As respostas obtidas a partir deste trabalho levam ao enaltecimento do Museu Nacional Machado de Castro no panorama museológico português, constituindo-se numa verdadeira sobreposição de diferentes memórias edificadas ao longo de dois mil anos de história, bem como num escaparate salvífico de elementos arquitectónicos provindos de outros contextos que a cidade de Coimbra viu, aos poucos, desaparecer.» (sinopse)



Barranha, Helena (org.). 2016. *Património Cultural: Conceitos e Critérios Fundamentais*. Coedição da IST Press e do ICOMOS Portugal. 133 páginas. Disponível [online](#).

O livro, em formato digital, reúne um conjunto de definições essenciais para qualquer abordagem teórica ou prática ao património cultural, dando particular atenção às questões relacionadas com o património arquitectónico. Neste contexto, são apresentados vários conceitos e critérios fundamentais, tal como se encontram formulados em diferentes cartas e convenções, cruzando essas transcrições com a legislação portuguesa e outros documentos de referência, a nível nacional e internacional.



Revista MIDAS 07, Novembro 2016. Disponível [online](#).

A Revista MIDAS - *Museus e Estudos Interdisciplinares* publicou no final de Novembro o seu sétimo número, reunindo um conjunto diverso de artigos (*Varia*), uma “Notação” e várias recensões críticas.

A MIDAS é uma revista científica editada em suporte digital, de acesso aberto e com revisão por pares. Pretende dar a conhecer e promover os museus enquanto objectos de investigação científica e a Museologia enquanto área do conhecimento que congrega diferentes grupos disciplinares. Foi fundada por Alice Semedo (Universidade do Porto),

Ana Carvalho (Universidade de Évora), Paulo Simões Rodrigues (Universidade de Évora), Pedro Casaleiro (Museu de Ciência da Universidade de Coimbra) e Raquel Henriques da Silva (Universidade Nova de Lisboa). Publica desde 2013.



Claire Solery e Diane Drubay (ed.). 2016 *Through We Are Museums Lenses in the Museum and Innovation World*. Edição *We Are Museums*. 59 páginas, [online](#) (acessível mediante registo)

Colectânea de dez entrevistas a profissionais de museus sobre temáticas que espelham tendências inovadoras a partir de várias partes do mundo. Logo na apresentação, as editoras descrevem a publicação digital como: «*a series of snapshots, inspirations and tips which emphasize the continued mutations of the museum sector from local to global, offline to digital, silo-minded to collaborative*». *We Are Museums* é uma organização que promove anualmente uma conferência.



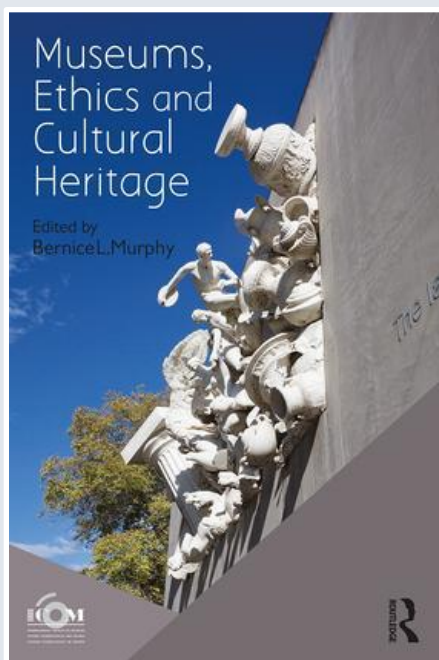
Ensaaios e Práticas em Museologia, 5. 2017. Edição da Universidade do Porto, 133 páginas. Disponível [online](#).

Com edição da Universidade do Porto, este volume reúne e divulga textos dos alunos de mestrado. Num esforço de “empoderamento” dos alunos, a edição deste volume é partilhada por Paula Menino Homem, actualmente a coordenar o mestrado em Museologia, e por três alunas: Ana Themudo, Elisa Freitas e Manuela Restivo. Para além dos artigos, este volume introduz duas novas secções: um espaço para recensões críticas e outro para entrevistas. A série “Ensaaios e Práticas em Museologia” teve início em 2011, sob a coordenação de Alice Semedo.



Revista *Museum International*: «*Museums, Heritage, and Capacity Building*» (n.º 269–270). Edição do ICOM e da Blackwell Publishing. Imprensa e disponível [online](#) (parcialmente).

O mais recente número da *Museum International* dá especial atenção ao tema da qualificação dos profissionais de museus, mostrando a relevância e a actualidade desta reflexão. Estabelece ainda uma ponte entre o mundo dos museus e o do património, estreitando as ligações entre campos tão próximos. A formação e a qualificação dos profissionais tem sido um tema central do ICOM no passado e continua a sê-lo no presente, como revela este número. Entre os artigos destaca-se o texto introdutório de Lynne Teather (p. 6–14) que faz uma retrospectiva histórica sobre o papel do ICOM no que respeita à relação com a formação e o desenvolvimento profissional. É discutida a formação profissional e académica a partir de diferentes contextos geográficos: do Quebeque ao Brasil, ao Uganda, à Austrália, à França e à Croácia, entre outros. É de notar que os membros do ICOM têm acesso integral aos artigos através da plataforma digital [ICOMMUNITY](#).



Bernice L. Murphy (ed.). *Museums, Ethics and Cultural Heritage*. 2016. Edição do ICOM, 410 páginas, impresso.

Acaba de ser publicado mais um livro sobre ética no campo dos museus (e do património), desta vez com a chancela do ICOM. Com contributos de peso da Museologia internacional, o livro aborda as questões deontológicas relativas a matérias como: proveniência, propriedade, identidade cultural, sustentabilidade ambiental e envolvimento social, incluindo a análise de vários estudos de caso. Esta edição contribuiu para um melhor entendimento sobre a complexidade da actuação do museu no séc. XXI, sendo as questões deontológicas da maior actualidade e pertinência no presente.



Cadernos do Museu, 5, Janeiro de 2017. Edição do Museu da Ruralidade. Impresso e disponível [online](#).

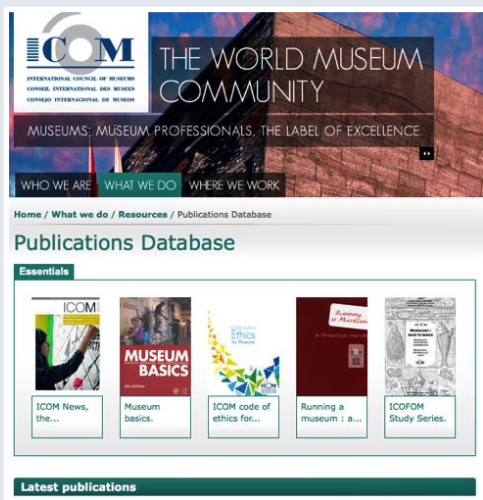
O Museu da Ruralidade (Castro Verde) acaba de divulgar mais um número, o quinto. Nas palavras do seu coordenador, Miguel Rego, esta publicação periódica de carácter semestral «tem procurado [...] construir um discurso que concilie o trabalho que o Museu da Ruralidade vem desenvolvendo e aquele que é o trabalho desenvolvido na área dos museus do nosso país». Este

número inclui contributos de Carla Barroseiro, Lia Ferreira, Miguel Rego e Ana Carvalho. Esta iniciativa editorial teve início em 2015.



Zvezdana Antos, Annette B. Fromm e Viv Golding (eds.). *Museums and Innovations*. 2017. Edição Cambridge Scholars Publishing. 249 páginas. Impresso.

Este livro reúne 16 ensaios inspirados em práticas inovadoras em museus de história e de etnografia com base em exposições recentes (permanentes, temporárias ou itinerantes). No geral, os textos aqui reunidos pretendem suscitar o debate atendendo a diferentes pontos de vista e a novas formas de pensar e trabalhar em museus de diferentes escalas, com particular enfoque para o trabalho colaborativo e para as problemáticas que envolvem a apresentação de determinadas culturas e comunidades.



Encontra uma lista actualizada de novas publicações na [base de dados](#) do ICOM central (incluindo *newsletters* de vários comités nacionais e internacionais, e monografias), na [Routledge](#) (editora internacional de livros académicos, revistas e recursos em linha no âmbito das ciências sociais), na [MuseumsEtc](#) (editora independente com base em Edimburgo e em Boston), na [Museum-iD](#) (editora independente com sede no Reino Unido). Conheça ainda a série *On Museums* editada por *The Inclusive Museum* (Estados Unidos), entre outras.

AGENDA

Conferências, encontros, debates (nacional)

VIII Encontro de Casas Museus em Portugal: *O Culto da Personalidade e o seu Legado Patrimonial* | 17–18 de Fevereiro

Org. DEMHIST Portugal | Palácio de Monserrate, Sintra

O Palácio de Monserrate, integrado na Monte da Lua-Parques de Sintra, acolherá este encontro. As comemorações dos 200 anos de nascimento do rei D. Fernando II de Saxe-Coburgo-Gotha, as obras de requalificação em curso e a investigação subjacente ao intenso trabalho de reinterpretação e qualificação dos diversos espaços monumentais geridos pela entidade que acolhe o encontro, deram o mote. Os trabalhos centrar-se-ão assim num dos eixos fundamentais do trabalho em Casas-Museu, a memória do indivíduo e a forma como esta é trabalhada, transmitida e apreendida no espaço único e insubstituível da sua residência.

Património e Identidade Cultural: Museus | 22 de Fevereiro

Org. Rede Concelhia de Bibliotecas de Vila de Rei | Biblioteca Municipal José Cardoso Pires, Vila de Rei

Esta iniciativa pretende reunir um painel de oradores com nome firmado nestas áreas, debatendo assuntos importantes quer para a profissão em si quer para os serviços e cidadãos. Mais informações: <http://encontrosdocumentais.blogs.sapo.pt/inscricoes-ja-abertas-para-nova-edicao-19876>

IV Colóquio Museus Rurais do Sul | 24 de Fevereiro

Org. Rede de Museus Rurais do Sul | Mértola

O IV Colóquio da Rede de Museus Rurais do Sul realiza-se em Mértola, nomeadamente entre Alcaria de Javazes, Espírito Santo e S. Miguel do Pinheiro. Será um dia de trabalho prático com uma intervenção de José Manuel Sobral (Instituto de Ciências Sociais). Envolvendo sete museus na sua fase de criação, sedeados no Litoral Alentejano e no Baixo Alentejo, esta rede (desde 2015) pretende alargar o espaço de discussão, partilha de ideias e de projectos. Mais informações: museururalidade@gmail.com

Jornadas de Primavera do ICOM Portugal: *Construir o Futuro, Compreender o Passado* | 27 de Março

Org. ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa

Estas jornadas decorrem sob o signo da contemporaneidade. Numa primeira parte, traz-se à reflexão algumas tendências da Museologia contemporânea, entre o panorama mundial e a situação em Portugal, tendo por denominador comum o próprio conceito evolutivo de museu.

Numa segunda parte, explora-se o tema do Dia Internacional dos Museus (*Museus e Histórias Controversas: Dizer o Indizível em Museus*), com a apresentação e debate da experiência do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, um museu municipal inaugurado em Lisboa em 2015, dedicado à memória do combate à ditadura e da resistência em prol da liberdade e da democracia. Pretende-se com esta abordagem incitar os museus a planificar iniciativas integradas no Dia Internacional dos Museus, que contribuam para a compreensão de histórias traumáticas do passado, graças à mediação e à pluralidade de perspectivas. O programa será anunciado brevemente em: <http://icom-portugal.org>

ICOM Portugal: Assembleia-geral eleitoral e assembleia-geral | 27 de Março

Org. ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa

Apela-se à presença e participação de todos os membros do ICOM para a próxima assembleia-geral eleitoral, que compreende as votações para os titulares dos órgãos sociais para o triénio de 2017 a 2020 (votações entre as 9h30 e as 14h30), e para assembleia-geral ordinária, que tem início às 15h. Mais informações sobre as convocatórias: <http://icom-portugal.org/destaques,6,578,detalhe.aspx>

Conferência internacional: *The Museum Reader: What Practices Should 21th Century Museums Pursue, How and Why?* | 9–10 de Março

Org. IHA e Museu do Chiado | Museu do Chiado, Lisboa

A conferência internacional *The Museum Reader*, organizada pelo Instituto de História da Arte (IHA) da Universidade Nova de Lisboa e pelo Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado, tem por objectivo propor linhas temáticas e pontos notáveis para pensar, reflectir e debater novas realidades, práticas e condições de trabalho detectadas nos museus do século XXI. Pretende-se analisar e sistematizar novos modos e paradigmas, tendências e diferentes práticas e formas de pensar o papel das instituições artísticas no contexto do actual panorama artístico. Mais informações: <http://themuseumreaderconference.weebly.com>

Debates da Acesso Cultura | Fevereiro–Novembro

Org. Acesso Cultura | Évora, Lisboa, Porto e cidade algarvia

(Continuação...) *Fora de Portas: e Quem Não Pode Vir Ter Connosco?*, a 21 de Fevereiro; *Dizer o Indizível para Quê?*, a 18 de Abril; *Acesso aberto/Open Access*, a 21 de Junho; (Continuação...) *O Que é o Elitismo na Cultura?* a 21 de Novembro. Mais informações: <https://acessocultura.org/encontros/debates/>

Simpósio *Museus, Investigação & Educação* | 6–8 de Abril

Org. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal et al. | Fórum Municipal Romeu Correia, Almada

Numa iniciativa conjunta, o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)/Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), o Fórum Intermuseus do

Distrito de Setúbal (FIDS), os Museus Municipais de Almada (Câmara Municipal de Almada), o ICOM Portugal e a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) decidiram levar a efeito um simpósio de reflexão sobre o papel dos museus na sociedade contemporânea, com particular enfoque nas funções investigação e educação, perspectivada às escalas local, regional e global. Mais informações: <http://simpom.maeds.amrs.pt>

Conferências, encontros, debates (internacional)

Workshop do projecto Migration: Cities

Atenas, Grécia

Entre os eventos organizados nos próximos meses sob a alçada do ICOM, merece particular destaque o primeiro workshop do projecto *Migration Cities* que se realiza entre 6 e 8 de Fevereiro em Atenas, promovido pelo CAMOC (Comité Internacional para as Coleções e Actividades dos Museus de Cidade): <http://network.icom.museum/camoc/>. Consulte também o [calendário online](#) do ICOM central sobre as conferências dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais. Mais informações em: <http://icom.museum/events/calendar/calendar-2017/>

Beyond the Obvious: Europe, “Quo Vadis”? | 26–28 de Janeiro

Org. Culture Action Europe | Budapeste, Hungria

Encontro anual que privilegia a partilha de ideias entre a comunidade cultural europeia, a sociedade civil, os investigadores e os pensadores. Pretende-se explorar novas ideias e fronteiras sobre cultura, ultrapassando premissas e crenças mais convencionais. Mais informações: <http://cultureactioneurope.org/milestone/beyond-the-obvious-2017/>

Museums and Their Publics at Sites of Conflicted History | 13–15 de Março

Org. Polin Museum of the History of Polish Jews | Varsóvia, Polónia

Os museus de história enfrentam hoje vários desafios, especialmente em sociedades que tenham experienciado na sua memória mais recente conflitos e violência, mudanças geopolíticas e ideológicas, ou desafios socioeconómicos e tecnológicos. Perspectivas históricas múltiplas e rivais caracterizam as dinâmicas da memória pública nestas sociedades. O objectivo desta conferência é explorar alguns destes temas em relação à ideia de museu em mudança. Mais informações: <http://www.polin.pl/en/conference-museums-and-their-publics>

Meet, See, Do | 4–8 de Abril

Org. Balkan Museum Network | Prishtina, Kosovo

Conferência anual que reúne mais de 80 profissionais de museus de vários países dos Balcãs que têm neste evento a oportunidade de apresentar, discutir e partilhar experiências sobre práticas museológicas. Mais informações: <http://bmuseums.net/meetseedo/>

Cerimónia de atribuição do Prémio Museu Europeu do Ano (EMYA 2017) | 3–6 de Maio

Org. EMYA | Zagreb, Croácia

A cidade croata de Zagreb acolherá este ano, entre 3 e 6 de Maio, a 40.^a edição da cerimónia de atribuição do Prémio Museu Europeu do Ano (EMYA 2017) evento que, para além de inúmeros participantes e especialistas, reunirá os profissionais dos 46 museus nomeados, provenientes de 24 países europeus. De Portugal encontram-se nomeados três museus: o Museu do Dinheiro de Lisboa, o News Museum de Sintra e o Museu de Leiria. Mais informações: www.emya2017.eu

Formação

Programa de Formação da Acesso Cultura

Org. Acesso Cultura | vários locais

Formação sobre **Websites e Documentos Digitais Acessíveis**: 30 de Janeiro, na Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Évora) e 20 de Fevereiro, na Casa-Museu Frederico de Freitas (Funchal); **Direito de Autor e Domínio Público**: 16 de Fevereiro, na Biblioteca Municipal Almeida Garrett (Porto); **Comunicação Acessível: Design de Comunicação e Linguagem Simples**: 13 de Março, no Museu das Comunicações (Lisboa) e 5 de Junho na Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Évora); **Serviços Educativos: Pontes de Acesso**: 27 e 28 de Março, no Museu das Comunicações (Lisboa); **Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais**: 20 e 27 de Março, no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto) e 15 e 22 de Maio, no Teatro Nacional D. Maria II (Lisboa). Mais informações: <http://acessocultura.org/cursos>

8^a ed. curso de formação ICOM–ITC: *O Meu Museu, o seu Museu: Desenvolvimento de Experiências com Significado para Visitantes de Todas as Idades* | 3–11 de Abril

Org. Centro Internacional de Formação do ICOM (ICOM–ITC) | Pequim, China

O curso será ministrado por um conjunto de especialistas internacionais que irá dar algumas palestras e conduzir as diferentes sessões com discussões e trabalhos de grupo sobre a forma de desenvolver novas experiências para todo o tipo de audiências. Mais informações: http://icom-portugal.org/noticias_arquivo.aspx?nid=579&op=detalhes&menu=158&id=158

Chamada para propostas

Listas para os órgãos sociais do ICOM Portugal (2017–2020): candidaturas a decorrer | Prazo limite: 26 de Janeiro

Org. ICOM Portugal

Os actuais órgãos sociais do ICOM Portugal cessam as suas funções no próximo dia 31 de Março depois de cumprirem os três anos do mandato para o qual foram eleitos. Estão abertas as candidaturas para apresentação de listas para o próximo triénio (2017–2020). No passado dia 5 de Dezembro de 2016 foi adoptado um regulamento eleitoral (<http://bit.ly/2ibBlpv>) em assembleia extraordinária. As listas devem dar entrada na sede do ICOM Portugal (Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa). Mais informações: <http://icom-portugal.org>

Candidaturas abertas para o prémio Acesso Cultura: *Linguagem Simples 2017* | Prazo limite: 31 de Janeiro

Org. Acesso Cultura

A Acesso Cultura, desde a sua fundação, tem procurado promover a reflexão e as boas práticas na comunicação escrita, tanto no que diz respeito à relevância da informação para os destinatários finais, como no que diz respeito ao uso de linguagem simples, acessível. Este é um prémio de reconhecimento que procura criar uma motivação adicional para estudar, implementar e dar a conhecer as boas práticas. Mais informações: <https://acessocultura.org>

Call for Papers conferência *Digital Heritage and the Immersive City* | Prazo limite: 1 de Fevereiro

Org. vários

Encontra-se aberta chamada de artigos para a *3rd Immersive Learning Research Network Conference* (iLRN2017) a realizar-se entre 26 e 29 de Junho na Universidade de Coimbra. O evento é organizado por investigadores de vários centros de investigação: Alexandra Gago da Câmara (Universidade Aberta/CHAIA – Universidade de Évora; Helena Murteira (CHAIA – Universidade de Évora); e Maria Leonor Botelho (CITCEM – Universidade do Porto). Um dos tópicos desta chamada de artigos é *Digital Heritage and City Museums*. Mais informações: <https://immersivelrn.org/ilrn2017/cfp/>

Candidaturas abertas para bolsas de viagem: 8ª ed. curso de formação ICOM-ITC - Pequim, China | Prazo limite: 18 de Fevereiro

Org. Centro Internacional de Formação do ICOM (ICOM–ITC)

O Centro Internacional de Formação do ICOM (ICOM–ITC) está a organizar o oitavo seminário de formação, entre os dias 3 e 11 de Abril de 2017, em Pequim na China. O ICOM, o ICOM China e do Museu do Palácio irão, uma vez mais, conceder bolsas de viagem para os participantes internacionais que pretendam participar nesta formação. O tema da formação é: *O Meu Museu*,

o seu Museu: Desenvolvimento de Experiências com Significado para Visitantes de Todas as Idades. Mais informações: <http://icom-portugal.org>

Chamada para comunicações e posters: *Simpósio Museus, Investigação & Educação* | Prazo limite: 28 de Fevereiro

Org. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal et al.

Encontra-se aberta chamada de comunicações e posters para o simpósio *Museus, Investigação & Educação*, que terá lugar em Almada entre 6 e 8 de Abril. As comunicações têm a duração de 15 minutos e solicita-se resumo com os seguintes requisitos: c. de 300–400 palavras (incluindo até 5 palavras-chave), documento Word, letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5; Posters (A0); A informação sobre aceitação de comunicações é enviada até ao dia 15 Março. Mais informações: <http://simpom.maeds.amrs.pt/pages/292>

Call for Papers: Museums and Public Policy - número temático da revista *Museum International* | Prazo limite: 7 de Março

Org. ICOM central

O ICOM está a organizar um número da revista *Museum International* dedicado aos *Museus e às Políticas Públicas* (vol. 69, n.º 275–276). Este número é coordenado pela brasileira Tereza Scheiner, na qualidade de editora-chefe. Todas as propostas são avaliadas mediante um processo de arbitragem científica. Este número está previsto para Dezembro de 2017 e os resumos (250–300 palavras), escritos em inglês, francês ou espanhol devem ser enviados até 7 de Março. Mais informações: <http://icom.museum/media/museum-international/>

Call for Papers “Objetos e Museus: Biografias, Narrativas e Vínculos Identitários”: 8.º número da revista MIDAS | Prazo limite: 15 de Março

Org. Revista MIDAS - *Museus e Estudos Interdisciplinares*

Encontra-se aberto *call for papers* para o 8.º número da revista MIDAS, a ser publicado em Junho de 2017. Este número é subordinado ao tema: “Objetos e Museus: Biografias, Narrativas e Vínculos Identitários” e é coordenado por Alice Semedo (Universidade do Porto), Olaia Fontal (Universidade de Valladolid) e Alex Ibanez (Universidade do País Basco). Mais informações: <http://midas.revues.org>

Prémios SOS Azulejo 2016 a atribuir em 2017: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 31 de Março

Org. SOS Azulejo

As entidades parceiras do projecto SOS Azulejo instituíram prémios de protecção e valorização do património azulejar português (e/ou de origem/tradição portuguesa) designados Prémios SOS Azulejo, cuja atribuição é anual. O júri dos Prémios SOS Azulejo será presidido por Vítor Serrão. A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar no Palácio Fronteira a 22 de Maio. Mais informações: <http://www.sosazulejo.com/?p=2798>



18
MAIO
2017

DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS

**Museus e histórias controversas:
Dizer o indizível em museus**

ICOM international
council
of museums

www.imd.icom.museum



www.facebook.com/internationalmuseumday



[@ICOMofficial](https://twitter.com/ICOMofficial)

Colabore com o ICOM Portugal

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal? Visite, comente e partilhe conteúdos em: <https://www.facebook.com/icomportugal>

FICHA TÉCNICA

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 8, Janeiro 2017 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Janeiro, Maio e Setembro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal.

O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Joana Sousa Monteiro. Colaboraram nesta edição: Ana Carvalho, Ana Fernambuco, Clara Frayão Camacho, David Santos, Fátima Faria Roque, Inês Fialho Brandão, José Alberto Ribeiro, Manuel Bairrão Oleiro, Manuel Morais Sarmiento Pizarro, Maria de Jesus Monge, Mário Nuno Antas, Paula Menino Homem e Pedro Pereira Leite.

Agradecimentos: Pedro Pereira Leite, Maria José Tavares, NEMO

Design: Maria van Zeller, Sistemas do Futuro | Imagem da capa: Pormenor do exterior do Palácio Nacional da Ajuda © Fotografia de Luís Pavão/Palácio Nacional da Ajuda/Direcção-Geral do Património Cultural. Fotografia de David Santos com base em imagem de Arlindo Homem.

Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa | tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com | <http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPENE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte
<http://icom.museum>

